

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA, FINANÇAS E
CONTABILIDADE

JOÃO PAULO DE ASSIS VALADARES

RELAÇÃO ENTRE *AUDIT REPORT LAG* E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

BELO HORIZONTE

2019

JOÃO PAULO DE ASSIS VALADARES

RELAÇÃO ENTRE *AUDIT REPORT LAG* E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação em Controladoria, Finanças e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade Financeira

Orientador: Eduardo Mendes Nascimento

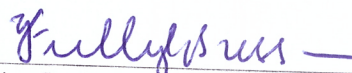
BELO HORIZONTE

2019

João Paulo de Assis Valadares

Esta Dissertação foi julgada adequada pelo Curso de Mestrado em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Controladoria e contabilidade.

Belo Horizonte, 26 de março de 2019.

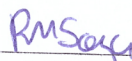


Prof^a. Valéria Gama Fully Bressan
Coordenadora do Curso

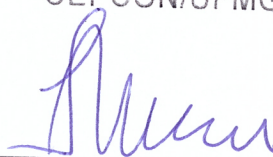
BANCA EXAMINADORA



Prof. Eduardo Mendes Nascimento
(Orientador)



Prof. Rafael Morais de Souza
CEPCON/UFMG



Prof. Fernando Dal-Ri Murcia
USP

Belo Horizonte, 2019

Ficha Catalográfica

V136r Valadares, João Paulo de Assis
2019 Relação entre Audit Report Lag e gerenciamento de resultados
[manuscrito] / João Paulo de Assis Valadares. – 2019.
87 f. : il., graf., tabs.

Orientador: Eduardo Mendes Nascimento.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.

Inclui bibliografia (f. 71-82) e anexo.

1. Auditoria - Teses 2. Contabilidade – Teses. 3. Gerenciamento da informação – Teses. I. Nascimento, Eduardo Mendes - 1981. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.

CDD: 657.45

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por todas as oportunidades que me estão sendo concedidas e por sua infinita bondade ao permitir que sejamos chamados de mestres. Aos meus pais, Crisipo e Eliane, e à minha irmã Carol, obrigado pela torcida constante, por todo apoio durante esta jornada e pela compreensão nos momentos de ausência.

À Ana, minha querida esposa, obrigado pelo amor, incentivo, pela torcida e pelo exemplo. Você sempre foi e será minha inspiração diária. Quem sabe um dia eu também não me torne doutor? Tenho certeza que inspiração e apoio não faltarão.

Agradeço imensamente ao Banco do Brasil, empresa que me deu todo o suporte necessário para conciliar as atividades do trabalho com as atividades acadêmicas. Sem este apoio esta jornada ficaria bem mais difícil.

Ao meu orientador, professor Dr. Eduardo Mendes Nascimento, muito obrigado pelo apoio, pela disponibilidade e por acreditar neste trabalho. Seu apoio, mesmo antes de ingressar no mestrado, foi de muita importância para a conclusão desta jornada. Agradeço também aos demais professores do programa de mestrado por todo ensinamento, e aos integrantes da banca, professor Dr. Fernando Dal-ri Múrcia e professor Dr. Rafael Moraes Souza pelas contribuições.

Aos meus amigos de Pompéu, obrigado pelo companheirismo e por tornar esta jornada mais fácil pelas conversas diárias. Aos meus colegas do mestrado, obrigado por toda ajuda durante o curso. Ao Victor Hugo, amigo que fiz no mestrado, obrigado pelas contribuições neste trabalho e pela parceria.

Por último, não poderia deixar de agradecer a Universidade Federal de Minas Gerais, onde estou desde 2010, onde cresci como pessoa, fiz inúmeros amigos e que me proporcionou dar grandes passos nessa jornada da vida!

“Para vencer - material ou imaterialmente - três coisas definíveis são precisas: saber trabalhar, aproveitar oportunidades, e criar relações. O resto pertence ao elemento indefinível, mas real, a que, à falta de melhor nome, se chama sorte.”

Fernando Pessoa

RESUMO

Valadares, J.P.A. (2019). Relação entre gerenciamento de resultados e *audit report lag*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil.

Diante de um cenário de discricionariedade de escolhas contábeis e necessidade de apresentação de relatórios contábeis tempestivos e confiáveis, o papel dos auditores independentes se torna muito importantes para as empresas e para o mercado. Neste sentido uma importante métrica vem sendo bastante estudada, o *audit report lag*, que é a diferença, em dias, do fim do ano-calendário de uma empresa até a data de apresentação do relatório de auditoria. Diversos fatores podem influenciar *audit report lag*, e o nível de gerenciamento de resultados foi o que norteou este estudo, com a finalidade de responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a relação entre *audit report lag* e gerenciamento de resultados, nas empresas listadas na B3? Entretanto, como o gerenciamento de resultados nas empresas não é diretamente observável, este estudo utilizou o modelo de Kothari et al. (2005) para estimar os *accruals* discricionários, amplamente difundido e utilizado como *proxy* para medir o nível de gerenciamento de resultados nas empresas. Para investigar a relação entre gerenciamento de resultados e *audit report lag*, foi elaborado um modelo de dados em painel, com dados das empresas brasileiros listadas na B3 de 2010 a 2017. A variável explicada no modelo foi o *audit report lag*, e com base em trabalhos anteriores foram identificadas outras variáveis que poderiam explicar a variável dependente: o tamanho da empresa de auditoria, possuir ou não comitê de auditoria, ter tido um parecer com ressalva, prestação de serviços de não auditoria, tempo de prestação de serviços pela empresa de auditoria, alavancagem financeira, tamanho da empresa e por fim o nível gerenciamento de resultados, evidenciado pelos *accruals* discricionários. Após estimado o modelo de regressão final, verificou-se que três variáveis se mostraram estatisticamente significativas para explicar o *audit report lag*: os *accruals* discricionários, parecer com ressalva e tamanho da empresa. Desta maneira, concluiu-se que quanto maior o nível de gerenciamento de resultados de uma empresa, medido pela *proxy accruals* discricionários, mais tempo o auditor levará para concluir seus trabalhos. Ficou evidenciado que ter um parecer com ressalva afeta positivamente o *audit report lag*, indicando que os auditores levam mais tempo para fornecerem parecer sobre empresas que tenham problemas em seus números. E por fim, a variável tamanho da empresa mostrou influenciar negativamente o *audit report lag*, ou seja, quanto maior for a empresa, menor será o tempo que os auditores levarão para auditá-la.

ABSTRACT

Valadares, J.P.A. (2019). *Relationship between earnings management and audit report lag*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, MG, Brasil.

Faced with a scenario of discretionary accounting choices and timely and reliable reporting requirements, the role of independent auditors becomes very important for companies and for the market. In this sense an important metric is being studied, the audit report lag, which is the difference, in days, from the end of the calendar year of a company until the date of presentation of the audit report. Several factors may influence audit report lag, and the level of earnings management was what guided this study, in order to answer the following research question: What is the relationship between audit report lag and earnings management in companies listed in B3? However, as the earnings management in companies is not directly observable, this study used the model of Kothari et al. (2005) to estimate discretionary accruals, widely diffused and used as a proxy to measure the level of earnings management in companies. To investigate the relationship between earnings management and audit report lag, a panel data model was drawn up, with data from Brazilian companies listed in B3 from 2010 to 2017. The variable explained in the model was the audit report lag, and based on previous work has identified other variables that could explain the dependent variable: the size of the audit firm, audit committee, audit opinion with qualification, providing non-audit services, time of relationship with the audit firm, financial leverage, company size and, finally, the level of earnings management, as evidenced by the discretionary accruals. After estimating the final regression model, it was verified that three variables were statistically significant to explain the audit report lag: the discretionary accruals, audit opinion with qualification and size of the company. In this way, it was concluded that the higher level of earnings management of a company's, measured by discretionary accruals, the more time the auditor will take to audit the financial statements. It was evidenced that having a qualified opinion positively affects the audit report lag, indicating that auditors take more time to provide advice on companies that have problems with their numbers. Finally, the variable size of the company has been shown to negatively influence the audit report lag, ie, the larger the company, the less time the auditors will take to audit it.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Contextualização tema	12
1.2 Objetivos	16
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	16
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	16
1.3 Justificativa	16
 2 REVISÃO DA LITERATURA	 19
2.1 Relevância da Auditoria independente	19
2.2 Auditoria Independente no cenário de assimetria e conflito	21
2.3 <i>Audit report lag</i> e evidências na literatura.....	24
2.4 Gerenciamento de Resultados	28
2.4.1 <i>Modalidades de Gerenciamento de Resultados Contábeis</i>	31
2.4.2 <i>Deteção de práticas de GR por meio de accruals</i>	33
2.5 Estudos empíricos sobre gerenciamento de resultados e auditoria.....	36
 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA	 41
3.1 Caracterização da pesquisa	41
3.2 Delimitação da amostra da pesquisa	42
3.3 Modelagem de dados em painel	42
3.4 Definição das variáveis utilizadas	43
3.5 Modelo econométrico utilizado	50
 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	 52
4.1 Descrição da amostra utilizada.....	52
4.2 Descrição e análise do gerenciamento de resultados com uso de <i>accruals</i> discricionários.....	57
4.3 Relação entre Gerenciamento de Resultados e demais variáveis de auditoria.....	60
4.4 Descrição e análise da relação entre <i>audit report lag</i> , <i>accruals</i> discricionários e demais variáveis do modelo.....	63
 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 67

6 REFERÊNCIAS	71
7 ANEXO A	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Amostra Utilizada no estudo	52
Tabela 2 – <i>Audit Report Lag</i>	53
Tabela 3 – Teste de Mann-Whitney	53
Tabela 4 – Comitês de Auditoria	55
Tabela 5 – <i>Audit Tenure</i>	55
Tabela 6 – Parecer Com Ressalva	56
Tabela 7 – Serviços de não auditoria (SNA)	56
Tabela 8 – Tamanho da empresa de auditoria	57
Tabela 9 – Cálculo dos <i>accruals</i> totais	58
Tabela 10 – Estatísticas descritivas das variáveis do modelo de Kothari <i>et al.</i> (2005)	59
Tabela 11 – <i>Accruals</i> discricionários com e sem outliers	59
Tabela 12 – Amostra após exclusão de <i>outliers</i>	60
Tabela 13 – Diferença de médias	61
Tabela 14 – <i>Audit Tenure</i>	62
Tabela 15 – Estimação do Modelo Proposto	64
Tabela 16 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Bens industriais	83
Tabela 17 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Consumo Cíclico	84
Tabela 18 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Consumo Não Cíclico....	84
Tabela 19 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Materiais Básicos.....	85
Tabela 20 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis	85
Tabela 21 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários) para o setor Saúde	86
Tabela 22 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Utilidade Pública	86
Tabela 23 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários setor Tecnologia da Informação.....	87
Tabela 24 – Estimativas dos <i>accruals</i> discricionários para o setor Telecomunicações	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARL – *Audit report lag*

BC – Banco Central

BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

GR – Gerenciamento de Resultados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modificações da Instrução CVM n. 308/1999	20
Figura 2 – Fraude e Gerenciamento de resultados	30
Figura 3 – Modalidades de Gerenciamento de Resultados	32
Figura 4 – Cálculo dos <i>accruals</i> totais pela abordagem do fluxo de caixa	33
Figura 5 – Desenho da pesquisa	49
Figura 6 – Variáveis do modelo	50
Figura 7 – Data de publicação de relatórios	54

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma contextualização sobre o tema proposto neste estudo. Para tanto, explicita o problema, evidencia o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como a justificativa, que nortearam esta pesquisa.

1.1 Contextualização tema

Uma preocupação recente das pesquisas em contabilidade está no fato de verificar a qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas (Almeida, 2010; Antunes, Grecco & Formigoni & Neto, 2012; Martins, Oliveira, Niyama & Diniz, 2014; Barbosa, Scherer, Scarpin & Murcia, 2015; Silva, Takamatsu & Avelino, 2017). Isso se observa porque a divulgação de informações contábeis de má qualidade conduz a maiores custos de agência e proporcionam inadequada proteção aos acionistas (Dyck & Zingales, 2004; Moura, Ziliotto & Mazzioni, 2016).

Entretanto, Paulo (2012) salienta que definir qualidade da informação contábil não tem sido uma tarefa simples, pois um evento ou transação mensurado ou evidenciado de acordo com um determinado critério contábil pode ser considerado por um agente como uma informação de boa qualidade, enquanto outro agente econômico não lhe atribui a mesma qualidade. Para ilustrar, suponha que um investidor sofisticado pode reagir positivamente à mensuração dos ativos ao *fair value*, pois considera que este procedimento auxiliará na predição do desempenho futuro da companhia, enquanto outros investidores poderão reagir negativamente, considerando que os números contábeis divulgados não são confiáveis; ou pelo simples fato de que seu processo decisório está baseado no custo histórico. Assim, o ambiente da contabilidade, complexo e dinâmico, é também caracterizado pelo conflito entre as pressões exercidas pelos diferentes grupos de interessados na informação (Scott, 2003; Paulo, 2012).

Desta maneira, a complexidade das atividades da contabilidade dificulta uma conceituação concreta sobre qualidade da informação contábil (Paulo, 2012; Junior, Haberkamp, Alves & Kronbauer, 2015). Em busca destes conceitos, diversas pesquisas procuram descrever os atributos de uma informação contábil de qualidade (Dechow & Schrand, 2004; Burgstaher, Hail & Leuz 2006). Dechow, Ge e Schrand (2010) identificaram os principais determinantes da qualidade da informação que estão presentes na literatura contábil. Dentre estes atributos

determinantes da qualidade da informação contábil estão incluídos a propriedade dos lucros e sua persistência, o conservadorismo, o gerenciamento de resultados, a reação dos investidores ao lucro e indicadores externos para má representação dos lucros (Waymire, 1985; Kormendi & Lipe, 1987; Collins & Kothari, 1989; Easton & Zmijewski, 1989; Verrecchia, 1990; Sloan, 1996; Nissim and Penman, 2001; Hribar & Collins, 2002; Barton & Simko, 2002; Richardson, Sloan, Soliman & Tuna, 2005; Ball and Shivakumar, 2005; Tucker & Zarowin, 2006; Richardson, Tuna & Wysocki, 2010).

Um desses atributos, que vem sendo muito estudado, tanto na literatura nacional (Melo, 2015; Oliveira, 2016; Mota, Cunha, Oliveira e Paulo, 2017; Domingos, Ponte & Paulo, 2017) quanto internacionalmente (Kothari, Mizik & Roychowdhury, 2015; Jin, Kanagaretnam & Lobo, 2018) é o fenômeno conhecido como Gerenciamento de Resultados, por muitas vezes utilizada na sua grafia em inglês *Earnings Management*. Para Oliveira (2016), o Gerenciamento de Resultados pode ser alcançado via decisões administrativas envolvendo práticas reais, como: utilizar condições comerciais anormalmente favorecidas nos últimos meses antes do encerramento de um período de *report*; gerar ganhos com vendas de investimentos e imobilizado, buscando alcançar uma determinada meta relacionada ao lucro; ou mesmo remanejar investimentos na capacidade produtiva da firma objetivando a redução da volatilidade dos resultados ao longo do tempo. Ainda para Oliveira (2016) o Gerenciamento de Resultados também pode se dar por escolhas contábeis oportunistas da administração, como: aumentar, indevidamente, a vida útil de ativos sujeitos a depreciação ou amortização; aplicar novo julgamento relativo à probabilidade de se incorrer em desembolso para determinada contingência judicial; ou alterar, intencionalmente, os critérios para reconhecimento de perdas sobre ativos financeiros, resultando na redução do nível de despesas reconhecidas no resultado do período.

Neste sentido, Melo (2015) salienta que as manipulações nas demonstrações contábil-financeiras comprometem a qualidade da informação contábil, por não representar fidedignamente os números de uma empresa, e podem afetar a forma pela qual os investimentos são alocados entre empresas e entre países. Além disso, essa prática pode provocar colapsos no mercado como um todo, uma vez que, a contabilidade, como grande sistema informacional é utilizada em grande parte das negociações envolvendo empresas, e as demonstrações contábil-financeiras se destacam como principal meio de comunicação entre empresa e mercado. Ainda segundo Melo (2015), investidores informados podem sobressair sobre investidores

desinformados e isso ocorre, grande parte das vezes, devido ao grau de subjetividade resultante da flexibilidade das normas e práticas contábeis.

É importante destacar ainda que o gerenciamento de resultados não quer dizer fraude contábil. Esta prática envolve a flexibilidade das normas e princípios contábeis, que permitem certa discricionariedade aos gestores. Consequentemente, os gestores podem utilizar essa lacuna proporcionada pela flexibilidade para efetuar suas escolhas contábeis, e essas escolhas podem não retratar a realidade dos negócios, mas sim os incentivos que os levam a reportar determinado resultado no período (Melo, 2015; Sibim, 2017).

Diante de um cenário de discricionariedade de escolhas contábeis e necessidade de apresentação de relatórios contábeis confiáveis, a auditoria independente das demonstrações contábeis pode ser compreendida no contexto da relação de agência e da assimetria informacional entre *insiders* e *outsiders* (Braunbeck, 2010) e acrescenta o FASB (1980) que as demonstrações contábeis são frequentemente auditadas por auditores independentes com o propósito de acrescer confiabilidade às informações nelas contidas.

Neste sentido, alguns pesquisadores estudaram as características da auditoria relacionando às métricas de gerenciamento de resultados (Azevedo, 2007; Almeida & Almeida, 2009; Martínez & Reis, 2010; Cunha, Hillesheim, Faveri & Junior, 2014; Santana, Bezerra, Teixeira & Cunha, 2016; Silva, Pletsch, Vargas & Fazolin, 2016; Silva *et al.*, 2017) e também relacionando à qualidade da informação contábil medida pelo conservadorismo contábil às características da auditoria (Paulo, 2012).

Conforme Damascena, Firmino e Paulo (2011), com a análise da auditoria independente, as informações tendem a ter um melhor nível de qualidade, conduzindo o usuário a tomar melhores decisões e, consequentemente, gerando maiores benefícios econômicos. Dechow, Ge e Schrand (2010) explicam que o impacto dos auditores sobre a qualidade das informações contábeis deriva do seu papel em mitigar a má representação intencional ou não intencional da realidade econômica e financeira da firma.

Não obstante, os auditores devem apresentar seus relatórios oportunamente, isso é, num prazo razoável para que os usuários tomem suas decisões pautados na confiabilidade fornecida pela auditoria. Neste sentido, Suryanto (2016) diz que uma das características que refletem o

profissionalismo dos auditores é a apresentação oportuna dos relatórios de auditoria, uma vez que a pontualidade das empresas em publicar relatórios financeiros para o público depende da pontualidade dos auditores na conclusão dos trabalhos de auditoria. Destarte, Halim e Hidayat (2000) mencionam que a pontualidade da apresentação das demonstrações financeiras e do relatório de auditoria é o principal pré-requisito para a melhoria do preço das ações da empresa, mas que, por outro lado, a auditoria é uma atividade que leva tempo, o que às vezes atrasa a apresentação dos relatórios financeiros. Assim, o tempo de apresentação do relatório de auditoria vem sendo chamado na literatura de *audit report lag* (ARL) e é definido como o período de tempo do final do ano fiscal de uma empresa até a data de apresentação do relatório do auditor (Ashton, Willingham & Elliot, 1987; Krishnan & Yang, 2009; Abernathy *et al.*, 2014).

Neste contexto, os determinantes do *audit report lag* vem sendo estudado por alguns pesquisadores: o tamanho da empresa (Carslaw & Kaplan, 1991; Jaggi & Tsui, 1999; Soltani, 2002; Bonson-Ponte, Escobar Rodriguez & Borrero-Dominguez, 2008), o relatório de auditoria com ressalva (Whittred & Zimmer, 1984; Soltani, 2002; Chan, Luo & Mo, 2016), ser auditado por uma das quatro grandes firmas de auditoria do mundo (Elijah, 2015; Hsu, 2016), existência do comitê de auditoria (Sultana *et al.*, 2015; Lay, Gonçalves & Cunha, 2017) e a alavancagem (Vuko & Čular, 2014).

Entretanto, na literatura corrente, existem poucas pesquisas que analisam a relação entre o chamado *audit report lag*, e atributos da qualidade da informação contábil. Krishnan e Yang (2009) apresentam evidências de que a qualidade dos lucros das companhias norte-americanas piora com o aumento do prazo de entrega do relatório por parte do auditor, enquanto no Brasil não foram encontradas pesquisas nesta linha. Ou seja, os auditores levam mais tempo para auditar demonstrações contábeis com menor qualidade.

Dado que a oportunidade das informações é uma área de interesse para investidores, gestores, reguladores, auditores e acadêmicos, uma compreensão dos determinantes do *audit report lag* e suas consequências para a informação contábil se torna importante (Krishnan & Yang, 2009 ; Abernathy, Beyer, Masli & Stefaniak, 2014).

Diante do exposto, e tendo em vista a importância da auditoria sobre as demonstrações contábeis e a relevância do *audit report lag*, surge o seguinte questionamento: **Qual a relação entre *audit report lag* e gerenciamento de resultados, nas empresas listadas na B3?**

1.2 Objetivos

1.2.1 *Objetivo Geral*

O objetivo geral deste trabalho é identificar a relação entre *audit report lag* e gerenciamento de resultados.

1.2.2 *Objetivos Específicos*

Para se alcançar o objetivo geral da pesquisa, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o *audit report lag* por setores e por ano;
- Identificar os determinantes do *audit report lag*;
- Relacionar os determinantes do *audit report lag* com o gerenciamento de resultados.

1.3 Justificativa

Nas economias emergentes, a apresentação de demonstrações financeiras auditadas pode assumir maior importância do que nas economias mais desenvolvidas (Francis, Khurana & Pereira, 2003; Fan & Wong, 2005; Choi & Wong, 2007). Nessas áreas do mundo, onde agências de notícias e intermediários financeiros não estão bem desenvolvidos e os órgãos reguladores não são tão eficazes, a garantia fornecida por uma auditoria é uma função importante do desenvolvimento dos mercados de capitais (Abernathy *et al.*, 2017). Portanto, os profissionais de auditoria, a administração da empresa, os usuários das demonstrações contábeis e os normatizadores podem se beneficiar da identificação de determinantes da *audit report lag* em vários cenários, uma vez que a apresentação do relatório de auditoria é um fator determinante para a apresentação tempestiva das demonstrações financeiras pelas empresas,

sendo capazes de compreender suas causas e implicações, bem como adaptar práticas para aumentar as eficiências de auditoria globalmente.

Outras razões, ainda, tornam o *audit report lag* um importante tema de estudo. Primeiro, o ARL é frequentemente entendido como o determinante mais importante da tempestividade da apresentação das demonstrações contábeis (Givoly & Palmon, 1982). Em segundo lugar, os reguladores de valores mobiliários, na maioria dos países do mundo, não permitem que as empresas emitam suas demonstrações financeiras até depois da conclusão de uma auditoria externa. Para esse fim, pesquisas anteriores indicam que as empresas podem experimentar consequências como reações dos investidores e maior assimetria de informação se a divulgação das demonstrações financeiras auditadas for adiada (Bamber, Bamber & Schoderbek, 1993; Krishnan & Yang, 2009; Bronson, Hogan, Johnson & Ramesh, 2011). Terceiro, uma melhor compreensão de quais fatores impulsionam o *audit report lag* provavelmente fornecerá mais *insights* sobre a eficiência da auditoria. A compreensão mais clara destes fatores pode permitir que as partes interessadas identifiquem e respondam a fatores que podem ser problemáticos ou prejudiciais ao trabalho de auditoria, cliente ou seus stakeholders (Abernathy, Barnes, Stefaniak & Weisbarth, 2017).

No Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de seus relatórios semestrais de Supervisão Baseada em Risco, divulga informações sobre a não prestação ou atraso na entrega das informações periódicas pelas companhias. Conforme seu último relatório semestral, de 2017, 66 companhias não entregaram ou atrasaram a divulgação das demonstrações financeiras. Em 2016, esse número foi de 63 companhias, contra 78 em 2015. Esses números podem ser considerados significativos, uma vez que no Brasil tem-se apenas 344 empresas listadas na B3. Considerando que o *audit report lag* é um dos fatores apontados na literatura que mais influenciam o momento de entrega dos relatórios financeiros, essa área de estudo se torna relevante.

Em tempos recentes, na denominada Operação Lava Jato, a reputação das empresas de auditoria foi colocada em xeque, uma vez que uma grande empresa de auditoria não apontou problemas nos balanços da Petrobrás, grande estatal do petróleo brasileiro e envolvida nos escândalos de corrupção. Jornais de grande circulação no Brasil contestaram as informações da auditoria e a Revista Exame chegou a publicar em março de 2015, em seu sítio eletrônico, uma matéria

intitulada “Escândalo da Petrobras põe os auditores na berlinda”, avaliando se seria mesmo responsabilidade das empresas de auditoria identificar tais práticas ilícitas.

Por último, as pesquisas nacionais e internacionais têm se concentrado basicamente em avaliar a qualidade dos lucros e sua relação com o tamanho da empresa de auditoria independente e algumas outras características de auditoria (DeFond & Subramanyam, 1998; Almeida & Almeida, 2009; Silva *et al.*, 2016), sendo o *audit report lag* uma área pouco estudada em relação à qualidade da informação contábil. Assim, avaliar a qualidade da informação contábil em relação a atributos de auditoria torna-se relevante no contexto nacional.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo são apresentadas e discutidas as literaturas nacionais e internacionais que tratam sobre os temas estudados.

2.1 Relevância da Auditoria independente

A auditoria é importante para o desenvolvimento econômico de uma empresa, do governo e para a prestação de informações a usuários internos e externos. Segundo Sunder e Cyert (1997), a auditoria contribui para a empresa com a verificação dos sistemas contábeis e reduz a assimetria informacional através do exame e da validação das informações contábeis reportadas. Para Ruddock, Taylor e Taylor (2006), os auditores podem adicionar valor às demonstrações financeiras pela redução da probabilidade de má representação deliberada da informação contábil.

Segundo Braunbeck (2010), em períodos recentes, é possível identificar dois movimentos regulatórios da atividade da auditoria independente no Brasil, que ocorreram, em certa medida, como uma resposta ao cenário que se apresentava à época.

O primeiro deles, protagonizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ocorreu em 1996, quando foram editadas duas medidas importantes no âmbito das auditorias independentes de instituições financeiras. A primeira delas foi a Medida Provisória n. 1.334, de 12 de março, que dispôs sobre a responsabilidade dos auditores independentes de instituições financeiras, definindo que responderão administrativamente, perante ao Bacen, pelos atos praticados ou omissões incorridas no desempenho das atividades de auditoria de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A segunda medida, de 29 de março desse mesmo ano, instituiu o chamado rodízio dos auditores independentes de instituições financeiras sob supervisão do Bacen. Conforme o artigo 3º dessa Resolução, as instituições financeiras deveriam, a partir de 1º de janeiro de 1997, proceder à substituição do auditor independente contratado após decorridos, no máximo, quatro anos, podendo regressar um auditor substituído em prazos não inferiores a 3 anos após sua substituição.

O segundo movimento regulatório relevante no contexto da auditoria independente no Brasil ocorreu em 1999 no âmbito das entidades sujeitas à regulação da Comissão de Valores

Mobiliários (CVM). Em 14 de maio de 1999, a CVM editou sua Instrução CVM n. 308, na qual foram introduzidas diversas modificações na regulação da atividade dos auditores independentes (pessoa física ou jurídica) atuantes no âmbito da CVM. Dentre as determinações de referida Instrução, destacam-se, na figura 1, as que tiveram maior impacto no exercício profissional dos auditores independentes de empresas participantes do mercado de valores mobiliários.

Todavia, embora nem sempre estejam explícitas na instrução CVM n. 308/1999 e nas Resoluções do Banco Central do Brasil as motivações para as medidas adotadas, é possível inferir que residam na busca por esses órgãos reguladores pela credibilidade dos usuários de demonstrações contábeis nas auditorias independentes, o que, intuitivamente, significa uma preocupação no sentido da melhoria da qualidade das auditorias e da qualidade das demonstrações financeiras (Braunbeck, 2010).

Figura 1 – Modificações da Instrução CVM n. 308/1999

Artigo da Instrução CVM	Descrição
Artigo 23	Restrição ao auditor independente e pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas à prestação de serviços de consultoria que possam caracterizar a perda de sua objetividade e independência. Uma lista não exaustiva de exemplos de tipos de serviços conflitantes inclui assessoria à reestruturação organizacional, avaliação de empresas e planejamento tributário, dentre outros.
Artigo 30	Exigência de exame de qualificação técnica prévio à habilitação do auditor independente para o exercício da atividade de auditoria de demonstrações contábeis para todas as entidades integrantes do mercado de valores mobiliários.
Artigo 31	Rotação obrigatória do auditor independente que prestar serviços de auditoria para um mesmo cliente por cinco anos consecutivos, exigindo-se intervalo mínimo de três anos para sua eventual recontratação.
Artigo 33	Exigência de revisão externa do sistema de controle de qualidade do auditor independente a ser realizada por pares (peer review) a cada quatro anos.
Artigo 34	Exigência de implementação e manutenção de programa de educação continuada dos auditores independentes (sócios e demais componentes do quadro funcional).

Fonte: Braunbeck (2010) - baseado na Instrução CVM n. 308/1999

Também foi adotado o rodízio obrigatório dos auditores independentes (firmas ou pessoas físicas) que, como já mencionado, foi instituído pelo Bacen em 1996 e que, de igual parte, passou a ser exigida pela CVM às entidades abertas em 1999. Os motivos para sua adoção estão relacionados às ameaças à independência dos auditores no contexto de sua atuação profissional, sugerindo que a independência do auditor se deteriora ao longo do tempo e em função, principalmente, do convívio prolongado com a empresa auditada (Braunbeck, 2010).

Esse papel do auditor independente é materializado mediante a emissão do relatório dos auditores independentes, que deve conter uma opinião sobre as demonstrações contábeis de uma entidade em um determinado período. Segundo Braunbeck, 2010, pode-se dizer, então, que a independência é um atributo relevante dentro da qualidade de uma auditoria, visto o papel que desempenha o auditor no contexto da informação contábil.

Nesse sentido, Boynton, Johnson e Kell (2002) dizem que a independência é o alicerce da estrutura da profissão do auditor. Assim, ao prestar os serviços de auditoria, os auditores precisam ser independentes de fato e na aparência. Desse modo, não causam incômodo as frequentes imposições de restrições a auditores no tocante à detenção de qualquer interesse financeiro relevante em seus clientes, como ações do capital próprio, títulos de dívida ou mesmo relações comerciais materiais além do contrato de auditoria independente.

2.2 Auditoria Independente no cenário de assimetria e conflito

Akerlof (1970) diz que a assimetria de informações pode ser caracterizada como a situação na qual as partes de uma transação não possuem toda a informação necessária para averiguar se os termos do arranjo que está sendo proposto são comumente aceitáveis e serão implementados, bem como para avaliar o desempenho individual dos envolvidos.

Neste sentido, Kirch, Lima e Terra (2012) salientam que, com o intuito de mitigar os problemas oriundos da existência de assimetrias informacionais no mercado de capitais e, dessa forma, permitir seu melhor funcionamento, criaram-se mecanismos (externos e internos) para incentivar a divulgação de informações privadas por parte das companhias e para permitir um monitoramento mais efetivo dos atos dos seus gestores por parte dos demais *stakeholders* (partes interessadas). Ainda segundo estes autores, entre estes mecanismos destaca-se o *disclosure* obrigatório, isto é, a divulgação do conjunto mínimo de informações exigido pela legislação pertinente e pelos órgãos reguladores competentes. Essa divulgação permite que as companhias e suas partes relacionadas avaliem o desempenho obtido durante o período e façam projeções de fluxos de caixa. Como consequência da redução da assimetria, ocorrem impactos sobre o preço dos títulos das companhias (Lambert, Leuz & Verrechia, 2007; Portugal 2012)

Entretanto, apenas divulgar as informações não se mostra um mecanismo efetivo para a redução das assimetrias informacionais. O momento e o lapso temporal em que as demonstrações de

uma companhia são divulgadas se tornam essenciais para tal redução e vêm sendo chamados na literatura de tempestividade, defasagem, *timing* e *timeliness* das informações contábeis. É possível relacionar a tempestividade ao conceito de relevância da informação, conforme estabelecido pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), que diz que para ser relevante, a informação deve ser capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários (IASB, 2010). Ou seja, para que uma informação seja relevante, ela deve ser tempestiva.

Assim, conforme preconiza Owusu-Ansah (2000), o *disclosure* das demonstrações financeiras aliado à tempestividade pode ser visto como uma forma de reduzir a assimetria de informações, evitando que se espalhe boatos sobre as empresas, sobre a saúde e o desempenho financeiro, sendo um mecanismo para conter vazamentos de informações e rumores nos mercados de capitais emergentes. Assim, é possível concluir que divulgação tempestiva de informações é capaz de auxiliar todo o processo de tomada de decisões de gestores e demais usuários e que reduzirá o grau de assimetria de informações.

Ratificando as conclusões sobre a tempestividade da informação, os estudiosos da Teoria da Contabilidade Hendriksen e Van Breda (1999), dizem que uma das características da informação relevante é quando está disponível a tempo de influenciar as decisões de um indivíduo. Ainda segundo estes autores, a oportunidade da informação é uma restrição importante à publicação de demonstrações financeiras onde a acumulação, sintetização e publicação de informações contábeis devem ocorrer com a maior rapidez possível para garantir a disponibilização de dados atualizados aos usuários. Na mesma linha, McGee (2007) destaca que uma medida de transparência e qualidade dos relatórios financeiros é a tempestividade. Portugal, Barcellos, Costa Júnior e Laurence (2014) salientam que um estudo que marcou época na pesquisa empírica na área contábil foi o de Beaver (1968), que já dizia sobre a importância da tempestividade das informações contábeis ao apontar que investidores tendem a atrasar suas negociações no mercado e todas as demais decisões correlatas até que as demonstrações contábeis sejam divulgadas.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (CPC - R1 - 2011), as características qualitativas de melhoria menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis (*enhancing qualitative characteristics*) são a comparabilidade, a verificabilidade, a tempestividade e a compreensibilidade. O referido Pronunciamento Conceitual Básico (CPC - R1 - 2011) afirma

que tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Outro fator importante na questão da comunicação tempestiva, conforme apresentado por Sá (2014) é que esta afeta os órgãos reguladores, uma vez que eles precisam desempenhar um papel no sentido de garantir informações financeiras com atrasos menores. Desta maneira, explorar os determinantes da comunicação tempestiva ajudaria os reguladores de mercados emergentes de capitais na formulação de novas políticas para melhorar a eficiência de alocação de seus mercados.

Sá (2014) acrescenta que a demora sem fundamentos na liberação de demonstrações financeiras aumenta a incerteza associada às decisões de investimento e o aumento no atraso reduz o conteúdo da informação e a sua relevância. Acrescenta ainda que, as entidades devem equilibrar os benefícios relacionados à tempestividade dos relatórios e à confiabilidade das informações prestadas nas demonstrações financeiras, pois para fornecer informações em tempo hábil, pode acontecer de a empresa expor as informações antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a confiabilidade. Por outro lado, se o relatório for adiado até que todos os aspectos sejam conhecidos, a informação pode ser altamente confiável, mas de pouca utilidade para os usuários que tiveram de tomar decisões nesse intervalo de tempo.

Portugal, Costa Júnior e Laurence (2014) dizem que a relevância das demonstrações contábeis está inversamente relacionada à defasagem das respectivas divulgações, de maneira que quanto maiores as defasagens, maiores as chances de as informações contidas nas demonstrações serem antecipadas por outras fontes, sendo, por conseguinte, substituídas. Os autores concluem que maiores lapsos entre o fim do exercício e a divulgação das respectivas informações contábeis favorecem a ação de *insiders*.

Desta forma, gestores possuem o compromisso de divulgar, rapidamente, informações privadas, boas ou más. Tais divulgações se fazem necessárias não apenas para reduzir a assimetria informacional, como também para reduzir potencialmente o custo de capital (Diamond, 1985; Verrecchia, 2001; Kothari, Shu & Wysocki, 2009). Braunbeck (2010) diz que, mais especificamente em relação à auditoria, Watts e Zimmerman (1983) foram os primeiros a buscar explicar e prever a prática de auditoria tomando como base o referencial da teoria da firma, e

que uma auditoria reduzirá os custos de agência se o mercado perceber o auditor como independente.

2.3 *Audit report lag* e evidências na literatura

O termo *audit report lag* (ARL) é definido como o período de tempo do final do ano fiscal de uma empresa até a data do relatório do auditor (Ashton, Willingham & Elliot, 1987). É tida como uma medida importante em todo o mundo e tem sido uma área de interesse de longa data para investidores, gerentes, reguladores, auditores e acadêmicos (Krishnan & Yang, 2009; IASB, 2010; Abernathy *et al.*, 2014). Além disso, o efeito do atraso do relatório de auditoria nas decisões dos investidores motivou inúmeros pesquisadores a investigar os fatores que afetam esse atraso. O valor informativo das demonstrações financeiras auditadas diminui proporcionalmente à medida que o número de dias necessários para obter as assinaturas do relatório de auditoria aumenta, porque os usuários buscarão informações de recursos alternativos (Moghaddam, Shakeri, Amani & Kakhki, 2014).

As primeiras pesquisas sobre os determinantes do ARL investigaram as características da empresa que influenciaram o tempo de publicação do relatório anual. Um fator específico da empresa que se mostrou consistentemente associado ao *audit report lag* é o tamanho da empresa. Um dos primeiros estudos a examinar os determinantes da atualidade dos relatórios financeiros foi realizado em um cenário australiano, onde Dyer e McHugh (1975) encontraram uma associação negativa entre o *audit report lag* e o tamanho da empresa para as empresas australianas. Muitos estudos internacionais apoiaram esses resultados como na Nova Zelândia (Courtis, 1976; Carslaw & Kaplan, 1991), Canadá (Ashton, Graul & Newton, 1989), Hong Kong (Ng & Tai, 1994; Jaggi & Tsui, 1999), França (Soltani, 2002) e Espanha (Bonson-Ponte, Escobar Rodriguez & Borrero-Dominguez, 2008).

Givoly e Palmon (1982) foram os primeiros a examinar a relação entre *audit report lag* e tamanho da empresa em um cenário dos Estados Unidos da América (EUA). Consistente com a pesquisa anterior, de Dyer e McHugh (1975), eles descobriram que empresas maiores dos EUA têm *audit report lag* mais curto.

Assim, é possível verificar na literatura vários outros estudos que buscaram identificar os fatores que influenciam o *audit report lag* nas empresas. No contexto francês, Soltani (2002)

destaca que a divulgação das demonstrações contábeis é mais tardia quando o parecer do auditor é do tipo modificado assim como Whittred e Zimmer (1984), na Austrália.

Moghaddam *et al.* (2014) examinaram a relação entre o uso de diretores não executivos e o atraso do relatório de auditoria nas empresas listadas na Bolsa de Valores de Teerã. A amostra deste estudo incluiu 100 empresas listadas na Bolsa de Valores de Teerã durante o período de 2007 a 2012. Não foram encontradas evidências de que a independência da diretoria diminua o atraso do relatório de auditoria das empresas listadas na Bolsa de Teerã.

Blankley, Hurtt e MacGregor (2014) investigaram a relação entre as republicações futuras das demonstrações contábeis e o *audit report lag*. Evidenciaram que, em comparação com as empresas que não realizam o reajuste, as empresas que acabam reformulando suas demonstrações contábeis têm mais atrasos anormais nos relatórios de auditoria.

Hsu (2016) estudou os fatores determinantes do *audit report lag* no contexto chinês, nas empresas listadas nas bolsas de Shanghai e Shenzhen. O resultado mostra que a alavancagem financeira está positivamente associada ao *audit report lag*, sugerindo que as empresas de auditoria auditam empresas com maior alavancagem financeira mais cuidadosamente para garantir a precisão dos relatórios de auditoria. Este estudo também descobriu que as 4 grandes empresas de auditoria têm uma relação positiva com o atraso do relatório de auditoria. Essa constatação indica que as *big four* geralmente prestam serviços para grandes empresas e auditam as demonstrações contábeis com mais cautela.

Também no contexto chinês Chan, Luo e Mo (2016) salientam que o *audit report lag* é o determinante mais importante que influencia a tempestividade da divulgação das demonstrações financeiras, uma vez que só depois de apresentado as empresas divulgam as informações ao mercado. Neste estudo, foi explorado os determinantes das defasagens de relatórios de auditoria na China, onde o mercado de auditoria é dominado por auditores que não são *big four*. Evidenciaram que empresas com longos atrasos de relatórios de auditoria são mais propensas a ter o recebimento de opiniões com ressalva em períodos subsequentes. Há também evidências de que as empresas com relatórios de auditoria extremamente longos tendem a ter mais republicações no ano seguinte.

Elijah (2015) também buscou identificar os fatores determinantes do *audit report lag*. O objetivo do estudo foi examinar os determinantes do ARL no contexto nigeriano, examinando os efeitos dos seguintes fatores: tipo de empresa de auditoria, alavancagem, retorno sobre o capital próprio e tamanho da empresa. De acordo com os objetivos do estudo, a descoberta revela que o tamanho da empresa auditada não tem impacto significativo no atraso da auditoria; o tamanho da firma de auditoria (se é ou não uma *big four*) tem um impacto significativo no atraso da auditoria e que a alavancagem financeira não tem impacto significativo.

Estudo semelhante aos de Elijah (2015), Chan, Luo e Mo (2016) e Hsu (2016) foi o de Vuko e Čular (2014), também objetivando investigar os determinantes do *audit report lag*. A pesquisa foi realizada em uma amostra de empresas listadas na Croácia, cobrindo um período de quatro anos (de 2008 a 2011). Usando a análise de regressão múltipla, o modelo foi proposto com *audit report lag* em função das seguintes variáveis explicativas: tipo de firma de auditoria, opinião de auditoria, lucratividade, alavancagem, estoque e contas a receber para ativos totais, valor absoluto dos *accruals* totais, tamanho da empresa e existência do comitê de auditoria. Os resultados indicaram que a existência do comitê de auditoria e a alavancagem são determinantes estatisticamente significantes do *audit report lag* na Croácia.

Hassan (2016) estudou os determinantes do *audit report lag* entre as empresas palestinas listadas na Bolsa de Valores da Palestina, testando oito hipóteses usando dados coletados dos relatórios anuais do ano de 2011 para todas as 46 empresas. A análise de regressão múltipla foi realizada para identificar a influência de um conjunto de características da empresa, variáveis de estrutura de propriedade e mecanismos de governança corporativa. O resultado da análise demonstrou que o *audit report lag* é influenciado pelo tamanho do conselho, pelo tamanho da empresa, pelo *status* da firma de auditoria, pela complexidade da empresa, pela existência do comitê de auditoria e pela dispersão da propriedade.

Al Bhoor e Khamees (2016), em um estudo nas empresas jordanianas examinam a associação entre o tempo de relacionamento entre a empresa de auditoria e a empresa auditada (*audit tenure*) e o *audit report lag*. Os dados coletados foram analisados por meio de uma série de técnicas estatísticas básicas, como estática descritiva, correlação e regressão múltipla. O estudo revelou que não há relação significativa entre o atraso do relatório de auditoria e o *audit tenure*. O concluem que no cenário estudado, onde a rotação de empresas de auditoria não é obrigatória,

os formuladores de políticas e os reguladores são encorajados a levar em consideração que adoção da rotação obrigatória do auditor não resultará em um atraso maior no relatório de auditoria.

Estudo semelhante ao de Al Bhoor e Khamees (2016), foi o de Dao e Pham (2014), onde os pesquisadores também procuraram encontrar relações entre o *audit tenure* e o *audit report lag*. Assim, incluíram uma variável para medir a especialização da auditoria nos setores específicos da economia. Os autores concluíram que a especialização no setor enfraquece a associação positiva entre *audit report lag* e o menor tempo de relacionamento entre empresa de auditoria e empresa auditada. Ou seja, se a empresa de auditoria é especializada naquele setor, isso ajuda a diminuir o *audit report lag*. Outro achado relevante, é que os autores sugerem que pode haver benefícios na constituição de comitês de auditoria, e assim melhorar a pontualidade e, portanto, a qualidade dos relatórios financeiros das empresas.

No contexto brasileiro, Pereira e Costa (2011) pesquisaram sobre os determinantes do *audit report lag* nas empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo entre o período de 1999 a 2008. Os resultados apontaram que a emissão de opinião com ressalva, o tamanho da empresa auditada e o início do processo de migração do para o modelo IFRS estão relacionados com o atraso na emissão dos relatórios dos auditores.

Lay, Gonçalves e Cunha (2017) estudaram a relação entre gênero no conselho de administração e no comitê de auditoria com o *audit report lag*. A amostra da pesquisa compreendeu 75 empresas pertencentes ao índice IBrX 100. As variáveis pesquisadas foram a presença da mulher no conselho de administração e no comitê de auditoria, tamanho do comitê de auditoria, independência do conselho de administração, *expertise*, tamanho da empresa, endividamento, tamanho da firma de auditoria e honorários de auditoria. Os resultados evidenciaram que a presença da mulher no comitê de auditoria possui associação negativa e significativa com o ARL, ou seja, a presença da mulher neste órgão de governança corporativa contribui para a redução do prazo de divulgação do relatório do auditor. Ainda, o tamanho da empresa e a independência do conselho de administração também se mostraram significantes no modelo final em relação ao *audit report lag*. A presença da mulher no conselho de administração não apresentou significância com o *audit report lag*.

2.4 Gerenciamento de resultados

Ainda não existe na academia uma única métrica para medir a qualidade da informação contábil, e pesquisadores envidaram esforços para desenvolver diversos modelos que capturam diferentes propriedades da contabilidade, dentre eles, medidas de gerenciamento de resultados, do grau de conservadorismo, relevância e tempestividade da informação divulgada (Almeida, 2010).

Neste sentido, Lopes (2009) destaca que o gerenciamento de resultados está intrinsecamente relacionado com a qualidade dos lucros. O autor destaca que a literatura enfatiza que tais práticas não são uma característica desejável da informação contábil e sua ocorrência deve ser detectada porque afeta a utilidade dos números contábeis como chave nos arranjos de governança corporativa. Ainda, diz que a literatura está crescendo na direção para detectar os incentivos econômicos por trás de tais práticas. Isso se dá pelo fato de que, se os números não são confiáveis para monitorar os gestores, outros mecanismos deverão ser aplicados, uma vez que eles possuem incentivos para manipular os lucros para ocultar uma performance fraca, pagar menos impostos e expropriar os acionistas minoritários.

Segundo Almeida (2010), o início dos estudos sobre gerenciamento de resultados data da década de 1940, sendo um tema que ainda incentiva várias discussões e pesquisas por todo o mundo. Healy e Wahlen (1999, p. 368) apresentam a seguinte conceituação para gerenciamento de resultados:

O gerenciamento de resultados ocorre quando administradores usam de julgamento nas demonstrações financeiras e na estruturação de transações para alterar as informações reportadas, para tanto deturpar a visão dos *stakeholders* sobre a realidade econômica de uma firma, quanto para influenciar os resultados contratuais que dependem das informações contábeis reportadas.

Oliveira (2016) salienta que as práticas de gerenciamento de resultados podem ser engendradas tanto via estruturação de transações, ou seja, por meio de ações administrativas reais, as quais geram um impacto real nos fluxos de caixa na empresa, quanto por meio de julgamento, ou seja, pela utilização da discricionariedade dos administradores no momento de utilização das normas contábeis em vigor. Uma consideração observada por Oliveira (2016) a respeito desta definição apresentada por Healy e Wahlen (1999) é sobre o objetivo de deturpar a visão de *stakeholders*, pois nem todas as formas de gerenciamento de resultados são funestas (com o

objetivo de enganar o usuário da informação contábil), sendo que existem aquelas benéficas, que sinalizam o verdadeiro valor de longo prazo da empresa, e as neutras, que revelam uma verdade de curto prazo.

Outra definição importante é apresentada por Schipper (1989, p.92), que define *earnings management* como “uma intervenção proposital no processo de elaboração dos relatórios financeiros externos, com a intenção de obter algum ganho ou atingir interesse particular”. Schipper (1989) ressalta ainda que se refere ao processo de divulgação externa, não envolvendo qualquer conceito particular de lucro, ou seja, é baseada em uma visão dos números contábeis como informação e inclui tanto gerenciamento dos componentes do lucro como de informações complementares. Assim, Melo (2015) diz que o gerenciamento pode ocorrer em qualquer parte do processo de divulgação externa, podendo assumir vários formatos. Salienta ainda que gestores racionais provavelmente não engajariam na prática de gerenciamento de resultados na ausência de benefícios esperados, e que esses benefícios requerem que pelo menos alguns usuários da informação contábil-financeira não sejam capazes ou que não estejam dispostos a compreenderem os efeitos do causados por esta prática.

Mas por que os gestores se utilizariam destas práticas? Este é outro aspecto importante a ser considerado, a motivação para a prática de gerenciamento de resultados. Oliveira (2016) salienta que a administração de uma empresa somente se utilizará de tais práticas caso exista uma motivação, um porquê ou mesmo uma pressão para influenciar a avaliação do usuário em relação ao cumprimento de contratos formais ou implícitos e ainda os gestores devem a capacidade técnica para utilizar desta prática. Ainda segundo Oliveira (2016), esta capacidade está relacionada com a assimetria informacional existente entre os administradores e usuários das informações, pois não faria sentido gerenciar resultados em um cenário que os usuários tivessem o mesmo nível de informação e conhecimento dos administradores em relação às atividades da empresa.

Neste mesmo sentido, Mohanram (2003) acrescenta que as razões para os gestores gerenciarem resultados estão relacionadas ao desempenho da empresa no que tange alguma meta de referência (*benchmark*) que se deseja alcançar. Para Melo (2015) a qualidade do resultado contábil pode ser vista, então, como uma medida de assimetria da informação, pois a empresa é capaz de influenciar os usuários da informação contábil-financeira em suas decisões, modificando o julgamento dos mesmos sobre a real situação da empresa.

Stolowy e Breton (2004) salientam que as práticas de gerenciamento de resultados são conduzidas em consonância com as normas de contabilidade, pois os gestores possuem certa discricionariedade para conduzir a resultados almejados. Neste sentido, Sibim (2017) diz que esta flexibilidade das normas contábeis permite que os gestores escolham diferentes métodos para mensuração, reconhecimento e evidenciação da informação contábil, que se adequem oportunamente às circunstâncias econômicas e expressem os resultados das transações, conforme seus objetivos.

Para tanto, é necessário frisar que gerenciamento de resultados e fraude contábil são práticas distintas e merecem a devida conceituação. As fraudes são provenientes do descumprimento da legislação e por isso são consideradas práticas inaceitáveis, com implicações previstas em Lei (Martinez, 2001; Stolowy & Breton, 2004; Sibim, 2017). Assim, o gerenciamento de resultados acontece dentro dos limites das leis e dos princípios contábeis, enquanto fraude é uma manipulação que viola os limites legais e se apresenta como uma prática passível de punições.

Melo (2015) diz que em vista da necessidade por parte dos gestores de se atender às expectativas dos usuários externos com a empresa, pode haver motivação ou pressão para gerenciar resultados por meio de fraude nas demonstrações contábil-financeiras.

Figura 2 – Fraude e Gerenciamento de resultados
Gerenciamento de Resultados Contábeis

Gerenciamento de Resultados Contábeis	
Práticas de acordo com as Normas/Princípios Contábeis Contabilidade “Conservadora” a) Reconhecimento elevado de provisões; b) Aceleração de despesas de depreciação; c) Reconhecimento de receita apenas quando da cobrança; Contabilidade “Agressiva” a) Evitar ou reduzir o reconhecimento de provisões; b) Reduzir as cotas de depreciação/amortização; c) Reconhecimento de receitas durante a produção;	Práticas Aceitáveis Visando reduzir os Fluxos de Caixa a) Retardar Vendas; b) Acelerar gastos com publicidade, treinamento e P&D. c) Aumentar despesas não operacionais (ex. Doações); Visando aumentar os Fluxos de Caixa a) Antecipar ou acelerar as vendas; b) Adiar a realização de despesas com publicidade, treinamento e P&D; c) Aumentar receitas não operacionais (ex. venda de imobilizado);
Fraude Contábil	
Práticas que violam as Normas/Princípios Contábeis a) Registrar vendas fictícias; b) Antecipar (documentalmente) a data de realização das vendas; c) Superestimar o estoque pelo registro de inventário fictício.	Práticas Inaceitáveis a) Receber e não efetuar a entrega do produto; b) Não cumprir com os compromissos financeiros; c) Não pagar tributos contabilizados/lançados;

Fonte: Adaptado de Melo, 2015.

Nessa perspectiva o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 836/1999, na interpretação técnica da NBC T11 – IT 3, conceitua as fraudes como decorrentes de apropriação indébita, manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, a fim de alterar os registros de ativos, passivos e resultados, resultante da aplicação de práticas contábeis indevidas/ilegais ou omissão de transações e fatos econômico-financeiros. As principais diferenças entre gerenciamento de resultados e fraude são apresentadas na figura 2.

Assim, Melo (2015) destaca que a definição de gerenciamento divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador do mercado de capitais brasileiro, é consistente com o entendimento da prática pela academia. A CVM manifesta sua preocupação com a prática de gerenciamento de resultados contábeis, sendo que o órgão se refere a ela como o julgamento arbitrário no processo de divulgação das demonstrações contábil-financeiras, com objetivo de influenciar ou manipular os números contábeis reportados, ainda que dentro dos limites prescritos pela legislação contábil e fiscal.

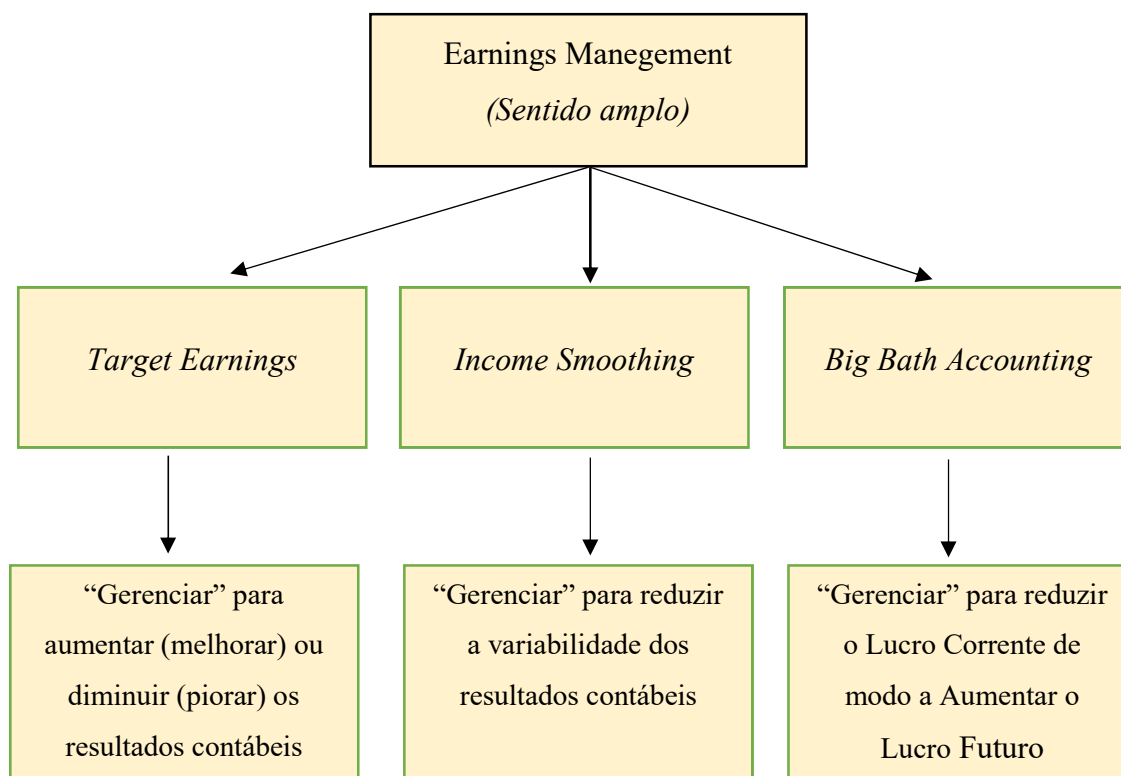
2.4.1 Modalidades de Gerenciamento de Resultados Contábeis

De acordo com Martinez (2001, p.43), o gerenciamento dos resultados contábeis pode ser categorizado em modalidades, destacando-se entre elas o *Target Earnings* (alcançar os lucros desejados), o *Income Smoothing* (reduzir a variabilidade dos lucros) e o *Big Bath Accounting* (reduzir os lucros atuais em prol de lucros futuros), conforme apresentado na figura 3.

Segundo Martinez (2001), o *target earnings* acontece quando a entidade gerencia resultados para atingir uma meta de referência. A minimização do lucro transfere o resultado para futuros relatórios e a maximização tanto pode esgotar reservas passadas como antecipar resultados futuros.

Já o *Income Smoothing*, também chamado de suavização de resultado, é a modalidade de gerenciamento de resultado que objetiva reduzir a variabilidade dos resultados. Para Melo (2015) é empregado para manter os resultados em determinado nível e evitar sua excessiva flutuação, revelando ao mercado uma imagem de maior estabilidade econômica.

Figura 3 – Modalidades de Gerenciamento de Resultados



Fonte: Martinez (2001)

Continuando, Melo (2015) salienta que existem duas formas de suavização de resultado, a real e a artificial. A real é obtida a partir de decisões de negócio reais que irão afetar os fluxos de caixa das empresas de forma real, tais como: aquisição de matéria-prima, redução de investimentos, entre outros. Já a artificial é obtida a partir de escolhas contábeis, em consonância com as normas de contabilidade, tais como: momento de reconhecimento de receitas e despesas e métodos de depreciação adotados.

A terceira forma de Gerenciamento de resultados é conhecida como *Take a Bath* ou *Big Bath Accounting*, e utilizada para reduzir lucros correntes em prol de aumentos nos lucros futuros. As empresas gerenciam os seus resultados correntes reduzindo-os, tendo como finalidade obter melhores resultados no futuro com a reversão das práticas adotadas (Melo, 2015). Ronen e Yaari (2008) apresentam esta prática como minimização radical dos resultados reportados, sendo o bem-estar ou função de utilidade do gestor/empresa o seu grande mecanismo impulsionador.

Além destas formas, Ronen e Yaari (2008) ainda acrescentam outra forma de gerenciamento de resultados que é chamada pelos autores como a estratégia de “dizer a verdade”. Assim, Melo

(2015) diz que em algumas situações a estratégia de gerenciamento de resultados da empresa será justamente a estratégia de reportar a verdade em suas demonstrações contábil-financeiras, uma vez que isso pode ser capaz de maximizar seus ganhos.

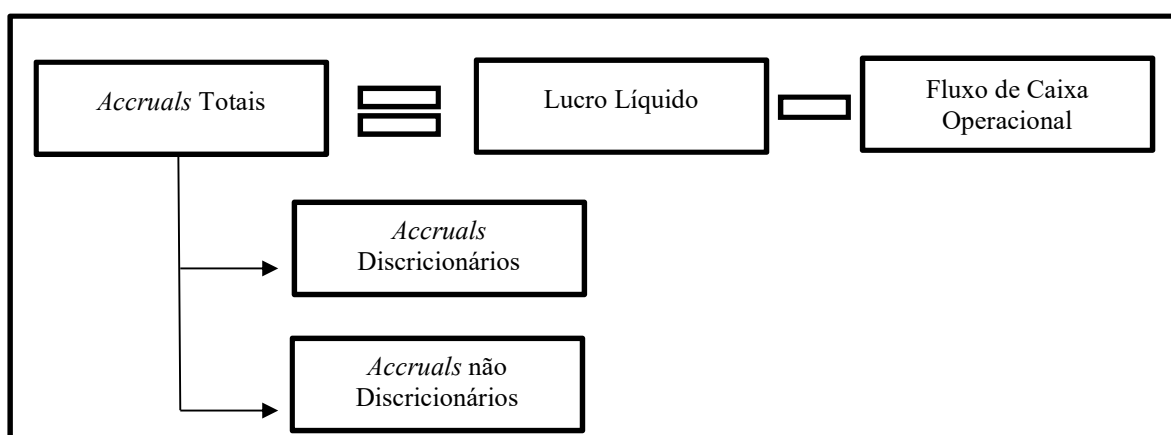
Entretanto, Paulo (2007) salienta que, no âmbito do gerenciamento de resultados contábeis, o pesquisador deve ser cauteloso quando da investigação da perspectiva oportunista, pois o gerenciamento pode se caracterizar como uma forma de comunicação de informações dos gestores para o mercado, objetivando melhor previsão sobre o desempenho futuro da empresa.

2.4.2 Detecção de práticas de GR por meio de *accruals*

As escolhas contábeis são feitas durante a elaboração das demonstrações contábeis. O princípio contábil da competência exerce um importante papel nas práticas de gerenciamento de resultados e das possibilidades de seleção de alternativas para mensuração de ativos surgem os *accruals* (Silva & Fonseca, 2015).

Oliveira (2016) salienta sobre a relevância do regime de competência, uma vez que recebimentos e pagamentos de caixa podem ocorrer em um período de tempo muito diferente daquele da transação que originou os respectivos direitos e obrigações, mas que o regime de competência provê uma informação econômica mais útil.

Figura 4 – Cálculo dos *accruals* totais pela abordagem do fluxo de caixa



Fonte: Adaptada de Sibim (2017)

Assim, na perspectiva do regime de competência, os *accruals* proporcionam uma medida agregada das escolhas contábeis, pois ao mensurar o gerenciamento de resultados consideram

o conjunto de ações discricionárias possíveis (Watts & Zimmerman, 1986). Healy (1985) e DeFond e Jiambalvo (1994) definem *accruals* como a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional, conforme apresentado na figura 4.

Sibim (2017) diz que os *accruals* não discricionários são aqueles relacionados aos lançamentos contábeis inerentes às atividades empresariais, enquanto os *accruals* discricionários são os componentes gerenciados de forma artificial a fim de manipular os resultados contábeis que vêm sendo associados na literatura ao gerenciamento de resultados, por resultarem da discricionariedade dos gestores. Chen, Lin e Zhou (2005) acrescentam que, no momento da elaboração de resultados, os *accruals* dotam os gestores de oportunidades para se engajarem em procedimentos de gerenciamento de resultados contábeis. Assim, Melo (2015) salienta que flexibilidade das normas e práticas contábeis resultantes do regime de competência pode proporcionar aos gestores atitude oportunista para gerenciar os resultados.

Entretanto, o gerenciamento de resultados não é diretamente observável (Melo, 2015) e com o objetivo de medi-lo surgiram na literatura alguns modelos, como Jones (1991), Dechow, Sloan e Sweeney (1995) e Kothari, Leone e Wasley (2005) e são baseados nos *accruals*: a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido.

Inúmeras pesquisas nacionais e internacionais envolvendo gerenciamento de resultados contábeis (Healy, 1985; Dechow, Sloan & Sweeney, 1995; Kang & Sivaramakrishnan, 1995; Burgstahler & Dichev, 1997; Teoh, Welch & Wong, 1998; Bartov & Mohanram, 2004; Kothari, Leone & Wasley, 2005; Paulo, 2007; Bispo, 2010; Gioielli, Carvalho & Sampaio, 2013; Alhadab, Clacher & Keasey, 2015; Melo, 2015; Oliveira, 2016; Sibim, 2017) consideram os *accruals* discricionários como *proxy* do gerenciamento de resultados.

O primeiro modelo que buscou identificar os *accruals* discricionários surgiu na literatura em 1991, elaborado por Jones. Neste modelo, a autora trata os *accruals* não discricionários (NDA) como uma função de regressão linear da variação de receitas no período (Rec) e do saldo de imobilizado (Imob), conforme descrito na equação 1:

$$\frac{NDA_{it}}{AT_{it-1}} = \beta_1 \frac{1}{AT_{it-1}} + \beta_2 \frac{\Delta Rec_{it}}{AT_{it-1}} + \beta_3 \frac{Imob_{it}}{AT_{it-1}} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Oliveira (2016) diz que as variações dos *accruals* normais circulantes seria explicada pela variação no volume de negócios da firma, expresso na forma da variação das receitas. Concomitantemente, os *accruals* normais relativos à depreciação e à amortização seriam explicados pelo nível do ativo imobilizado da firma. Cabe salientar que todas as variáveis do modelo são deflacionadas pelo ativo total (AT), com o objetivo de reduzir os riscos de heterocedasticidade entre firmas.

Conforme relatado anteriormente, no modelo de Jones (1991), os *accruals* não discricionários (NDA) são explicados pela variação na receita e imobilizado total. Assim, a parcela de erro do modelo equivale aos *accruals* que não foram previstos pelas variáveis, os quais são assumidos como *accruals* discricionários (DA). Neste sentido, tem-se que:

$$\frac{NDA_{it}}{AT_{it-1}} = \beta_1 \frac{1}{AT_{it-1}} + \beta_2 \frac{\Delta Rec_{it}}{AT_{it-1}} + \beta_3 \frac{Imob_{it}}{AT_{it-1}} \quad (1a)$$

$$\frac{DA_{it}}{AT_{it-1}} = \varepsilon_{it} \quad (1b)$$

Após a divulgação deste modelo, vários pesquisadores passaram a testá-lo e sugerir modificações. Dentre estes, destaca-se Dechow, Sloan e Sweeney (1995), os quais identificaram uma fraqueza no modelo relacionada ao tratamento da receita. Segundo estes autores, o modelo parte da premissa de que não existe gerenciamento sobre as receitas totais. Neste contexto, os autores sugeriram a utilização apenas de receitas que refletiram em fluxos de caixa no modelo, apuradas com base na variação total da receita menos a variação total do saldo de contas a receber (CR) no período. Este modelo ficou conhecido como modelo de Jones modificado (*modified Jones model*), e é expresso conforme demonstrado pela equação (2):

$$\frac{TA_{it}}{AT_{it-1}} = \beta_1 \frac{1}{AT_{it-1}} + \beta_2 \frac{(\Delta Rec_{it} - \Delta CR_{it})}{AT_{it-1}} + \beta_3 \frac{Imob_{it}}{AT_{it-1}} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Posteriormente, Kothari, Leone e Wasley (2005) propuseram o modelo baseado em desempenho (*Performance-Matching Model*). Segundo estes autores, os modelos de Jones, bem como o modelo de Jones modificado, geram estimativas exageradas de *accruals* discricionários quando as firmas experimentam um crescimento extremo em um curto período de tempo. Para atenuar esta fraqueza, os autores incluíram uma medida de desempenho no modelo original, o

ROA (retorno sobre os ativos), tanto para o exercício atual quanto para exercício anterior. Para Oliveira (2016) a inclusão do ROA seria então uma medida corretiva para atenuar o efeito do desempenho individual da firma sobre o nível normal de *accruals*. O modelo concebido com a utilização do ROA no exercício anterior pode ser descrito conforme equação 3:

$$\frac{TA_{i,t}}{AT_{i,t-1}} = \beta_0 + \beta_1 \left(\frac{1}{AT_{i,t-1}} \right) + \beta_2 \left(\frac{\Delta Rec_{i,t} - \Delta CR_{i,t}}{AT_{i,t-1}} \right) + \beta_3 \left(\frac{PPE_{i,t}}{AT_{i,t-1}} \right) + \beta_4 (ROA_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (3)$$

Oliveira (2016) ainda salienta que o ROA já é um índice naturalmente deflacionado pelo ativo total da firma, o que torna desnecessária qualquer alteração sobre o mesmo para inclusão na fórmula. Além disso, os autores defendem a inclusão de um intercepto na fórmula, afirmando que a inclusão do mesmo, aliado à inclusão do ROA, reduziu erros de classificação de *accruals* normais como *accruals* discricionários, indicando o poder e robustez do modelo proposto no contexto da amostra examinada.

2.5 Estudos empíricos sobre gerenciamento de resultados e auditoria

Durante a revisão da literatura sobre os temas de gerenciamento de resultados e auditoria, buscou-se identificar estudos que versam simultaneamente sobre ambos os assuntos. Estudos sobre o impacto do gerenciamento de resultados no *audit report lag* são escassos, entretanto, sobre outros atributos de auditoria, o tema tem sido bastante estudado.

Lobo e Zhou (2005) consideram que as firmas com conteúdo informacional superior ao de suas congêneres possuem incentivos para antecipar a divulgação dos seus relatórios. Neste sentido, Paulo (2012) diz que a celeridade de emissão do relatório de auditoria pode sinalizar algum atributo da qualidade sobre as informações contábeis reportadas pela empresa e que um menor tempo na emissão do relatório de auditoria, sobre as demonstrações contábeis de uma determinada firma auditada em relação à outra, sugere que a primeira possui informações contábeis de melhor qualidade. Assim, é possível inferir que os auditores levam menos tempo para auditar demonstrações contábeis de alta qualidade. Ratificando essa afirmação, em um estudo no Estados Unidos da América, Krishnan e Yang (2009) apresentaram evidências de que a qualidade dos lucros das companhias norte-americanas piora com o aumento do prazo de entrega do relatório por parte do auditor.

Um dos estudos precursores sobre qualidade da auditoria foi o apresentado por DeFond e Subramanyam (1998). Utilizando o modelo de Jones (1991), esses autores analisaram o comportamento da porção discricionária de *accruals* nos anos que antecedem a troca do auditor independente, bem como no primeiro ano posterior a uma troca (voluntária) de auditor. A hipótese subjacente que se construiu, nesse estudo, é que auditores independentes operam como agentes potenciais de contenção à discricionariedade da administração, oferecendo, possivelmente pela primeira vez, a visão de que o gerenciamento de resultados não é resultado apenas de incentivos particulares dos administradores, mas também sofre a influência das preferências e características dos auditores.

Os resultados sugerem que auditores em vésperas de substituição tendem a exercer maior pressão por *accruals* que reduzam o resultado, consistentemente com a hipótese de que auditores se tornam mais conservadores como resultado do risco de litígios. Outra hipótese reforçada é que essa pressão conservadora exercida pelo auditor pode redundar na sua troca (DeFond & Subramanyam, 1998), ou seja, ser determinante da própria substituição.

Myers, Myers e Omer (2003) analisaram a variável de tempo de relacionamento (*tenure*) como variável de possível influência sobre a qualidade dos lucros. A modelagem se deu pelo modelo de Jones (1991) e encontrou evidências de que relacionamentos mais “longos” entre auditores e auditados produzem menores níveis de *accruals* discricionários.

Utilizando medidas baseadas em variáveis de mercado, Ghosh e Moon (2005) evidenciam que o mercado atribui maior confiança nas demonstrações contábeis de empresas que são auditadas por maior tempo pela mesma empresa de auditoria, levando a um aumento do maior valor de mercado da firma, devido à confiança percebida. Já Hussainey e Walker (2009) apresentaram resultados indicando que as demonstrações contábeis têm maior poder preditivo dos resultados futuros quando são auditadas por uma grande firma de auditoria.

Braunbeck (2010) apresenta evidências de que companhias abertas brasileiras mais endividadas (maior monitoramento), bem como auditadas por uma das firmas de auditoria Big Four, têm maior qualidade de auditoria; enquanto que as empresas com maior nível de conflito, entre os acionistas controladores e não controladores, possuem menor qualidade. Neste sentido, Lindberg (2001) afirma que, se as demonstrações contábeis são auditadas por uma empresa com maior reputação, elas são consideradas mais precisas, o que permite às empresas de maior prestígio comandar o setor devido ao valor de mercado de sua opinião.

Almeida e Almeida (2009) investigaram a influência das grandes firmas de auditoria presentes no Brasil sobre o gerenciamento de resultados das empresas auditadas, concluindo que empresas auditadas por firmas de auditoria de grande porte (Big-N) apresentam evidência de menor grau de gerenciamento de resultados, sugerindo-se que maior *expertise* das firmas de auditoria de grande porte propicia melhor qualidade de auditoria, o que se seria evidenciado por um menor grau de gerenciamento de resultados das empresas auditadas por Big-N.

Resultados semelhantes aos de Almeida e Almeida (2009) foram os encontrados por Silva, Pletsch, Vargas e Fazolin (2014), com uma amostra de 106 empresas listadas no Segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, no período de 2010 a 2012, encontraram evidências que as empresas auditadas por uma *big four* possuem uma relação negativa com o gerenciamento de resultados. No entanto, outro trabalho identificado na literatura nacional, de Bezerra, Teixeira e Cunha (2014) em uma amostra composta por 329 empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa segregada em dois grupos: 246 empresas auditadas pelas Big Four e 83 empresas não auditadas pelas Big Four, não foram encontradas evidências significativas de que empresas auditadas por uma grande firma de auditoria apresentem menor nível de gerenciamento de resultados.

Os reguladores da contabilidade dispõem grande atenção ao período de relacionamento entre o cliente e a auditoria independente. Li (2010, p. 227) considera que uma relação extensa entre o cliente e o auditor cria um nível de excessiva familiaridade, prejudicando a qualidade da auditoria. Acredita-se que a prestação de serviços de auditoria para uma mesma entidade, por um longo período de tempo, pode prejudicar a qualidade do serviço; assim, o rodízio dos auditores reduzirá os conflitos de interesses causados pela relação longínqua entre cliente e auditor.

O principal argumento favorável ao rodízio de firmas de auditoria é a de que o novo auditor será mais cético nas informações prestadas pela empresa auditada do que aquele profissional com longos anos de relação com o cliente. Por outro lado, contra o rodízio tem-se o fato de que a qualidade não decorre apenas da independência do auditor, mas também do conhecimento específico sobre o cliente, que se perde quando da mudança da auditoria (Ghosh & Moon, 2005). Li (2010) considera que o rodízio obrigatório da auditoria melhora a qualidade da auditoria, devido à manutenção da independência, e lança ‘novos olhares’ sobre as informações

prestadas pela empresa auditada. Nesta perspectiva, surgiram algumas pesquisas relacionadas a este tema.

Azevedo (2007) evidenciou que o rodízio das empresas de auditoria diminui o gerenciamento de resultados contábeis. Resultados divergentes aos de Azevedo (2007), foram os de Martínez e Reis (2010), que também estudaram a relação entre o rodízio de auditores no Brasil e o gerenciamento de resultados. Segundo estes autores, o objetivo principal da implantação do rodízio de auditores independentes foi a preservação da independência e ética do auditor externo, e a consequente diminuição das fraudes e dos erros contábeis. Para investigar se o procedimento foi eficaz, através da análise de Companhias Abertas entre 1997 a 2007, com base na metodologia *AWCA - Abnormal Working Capital Accruals*, foi analisado os efeitos do gerenciamento de resultados decorrentes da troca da empresa de auditoria, enfocando-se, principalmente, o motivo da troca (rodízio obrigatório ou troca espontânea), classificação da empresa de auditoria em *Big Four*, e o tempo de relacionamento da empresa de auditoria com a empresa auditada. Confirmou-se que com ou sem rodízio de auditores independentes os efeitos decorrentes do gerenciamento de resultado não apresentam diferença significativa na sua essência. Vale salientar que essas empresas de auditoria classificadas como *big four* possuem práticas de rodízio de profissionais das equipes formalizadas em suas regras internas.

Assim, Formigoni, Antunes, Leite e Paulo (2008), baseados na visão dos gestores das empresas brasileiras, concluem que o rodízio de auditores independentes não tem relevância na qualidade e na independência dos serviços prestados de auditoria. Bassetti (2011) demonstra que o rodízio da auditoria não contribui para independência da auditoria nem aumenta a qualidade dos serviços de auditoria.

Existem, porém, alguns questionamentos sobre a relação custo-benefício do rodízio, pois esse mecanismo aumenta fortemente o custo de transação dos contratos de auditoria. Li (2010) afirma que uma relação mais duradoura entre auditor-cliente aumenta o monitoramento pelos demais agentes econômicos (reguladores, investidores institucionais etc.), o que leva as empresas auditadas a serem mais conservadoras, reduzindo risco de litígio.

Já o estudo de Cunha, Hillesheim, Faveri e Junior (2014) teve como objetivo verificar se características do Comitê de Auditoria refletem no Gerenciamento de Resultados das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Foram analisadas 31 empresas em 2010 e 33 empresas

no ano de 2011. Os resultados apontam que a maior parte dos Comitês de Auditoria são compostos por até três membros e com até dois membros considerados independentes. No que tange à expertise constatou-se igual distribuição de frequência para empresas com um e dois membros formados na área contábil ou em áreas afins da área financeira, o que totaliza aproximadamente 50% das empresas. Na relação do gerenciamento de resultados e as características do comitê de auditoria, no ano 2010 constatou-se que apenas três variáveis, alavancagem, auditoria e setor contribuíam significativamente para o modelo. Averiguou-se que apenas a variável alavancagem apresentou influência sobre a variável dependente. Já o ano 2011 demonstrou que nenhuma das variáveis independentes estudadas apresentou relação com o gerenciamento de resultados e concluíram que nenhuma das características do Comitê de Auditoria estudadas apresentaram influência sobre o GR.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos foram utilizados neste estudo, compreendendo: (i) caracterização da pesquisa; (ii) delimitação da amostra da pesquisa; (iii) modelagem de dados em painel, (iv) definição das variáveis utilizadas e (v) modelo econométrico utilizado.

3.1 Caracterização da pesquisa

De acordo com Theóphilo e Martins (2016), o método científico consiste no conjunto de regras ou procedimentos empregados na investigação e demonstração da verdade. Assim, observa-se que o pesquisador é responsável por seguir um processo formal para realizar suas pesquisas. Dentre as parcelas desse processo, a classificação metodológica constitui uma parte relevante para a melhor compreensão deste estudo.

Desta maneira, este estudo utilizou a tipologia descrita por Raupp e Beuren (2006), que classifica a pesquisa quanto: aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema. O presente trabalho é classificado como uma pesquisa descritiva, quanto aos seus objetivos, pois, segundo Cervo e Bervian (2002), “[...] procura observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e fenômenos sem manipulá-los”. Os estudos descritivos expõem características de determinada população ou de determinado produto. Com isso, este estudo procurou descrever os determinantes *audit report lag* e as relações de suas características com o gerenciamento de resultados.

Quanto aos procedimentos, este trabalho é classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois, segundo Lakatos e Marconi (2007), esse tipo de pesquisa consiste no levantamento de toda bibliografia relacionada ao tema em estudo, com o objetivo de apresentar um contato direto do tema descrito com o pesquisador. No caso do presente estudo, é considerado bibliográfica pelo fato de estudar os determinantes do *audit report lag* e procurar relações entre estes determinantes e o gerenciamento de resultados, a partir de referenciais teóricos extraídos das produções científicas publicadas em teses, dissertações e artigos que auxiliam o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa e quantitativa. Uma pesquisa qualitativa, pois este trabalho analisa, especificamente, os determinantes do *audit report lag* e sua relação com o gerenciamento de resultados. Raupp e Beuren (2006) explicam que os estudos que utilizam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Para Theóphilo e Martins (2016), na abordagem quantitativa os dados levantados são organizados, sumarizados, caracterizados e interpretados por meio da aplicação de métodos e técnicas estatísticas.

3.2 Delimitação da amostra da pesquisa

A amostra utilizada neste estudo foi composta por dados anuais das companhias abertas brasileiras que possuíam ações listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) no período compreendido entre 2010 e 2017. O período de análise das informações se dará a partir de 2010 porque foi o primeiro ano com vigência obrigatória na legislação societária, referente à convergência às normas internacionais, tendo em vista a publicação da Lei 11.638/2007.

A fim de se evitar viés na amostra e problemas de especificação na estimação dos modelos, foram excluídas deste trabalho:

- a. Companhias com dados ausentes necessários à execução da pesquisa;
- b. As companhias que atuam na atividade financeira, tais como: bancos, seguradoras, previdência privada ou particular, administração de empresas e empreendimentos ou que tenham receitas operacionais exclusivamente oriundas de participações societárias. Essa exclusão é pertinente pelo fato de tais companhias adotarem recomendações adicionais às emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atendendo a procedimentos específicos determinados pelo Banco Central.

3.3 Modelagem de dados em painel

O presente estudo utilizou a técnica de análise de dados em painel para investigar a relação entre o *audit report lag* com o gerenciamento de resultados contábeis e com as demais variáveis identificadas na literatura. Esse método permite a estimação de regressões considerando-se várias entidades (*cross-sectional*) ao longo de um determinado período de tempo (séries

temporais). Segundo Hsiao (2014), dentre as vantagens oferecidas pela técnica de dados em painel, encontram-se as possibilidades de controle da heterogeneidade presente nas entidades, e de uso de mais observações, aumentando-se o número de graus de liberdade e reduzindo-se a multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo.

3.4 Definição das variáveis utilizadas

a. *Audit Report Lag* (AUDITLAG_{i,t})

A variável AUDITLAG_{i,t} é a variável dependente no modelo de regressão com dados em painel. Conforme descrito nas seções anteriores deste trabalho, o *audit report lag* pode ser entendido como o tempo em dias que o auditor leva para apresentar o relatório de auditoria sobre uma firma. Desta maneira, a variável AUDITLAG_{i,t} representa o tempo de emissão do relatório de auditoria, sendo mensurada através do número de dias entre o final do ano calendário da empresa e a data de assinatura do relatório (Ashton, Willingham & Elliot, 1987; Bamber, Bamber & Schoderbek, 1993; Paulo, 2013; Sultana, Singh, der Zahn & Mitchell, 2015; Bhoor & Khamees, 2016; Abernathy *et al.*, 2017). A data de emissão do parecer será coletada nas demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas à CVM.

b. Gerenciamento de Resultados (DA_{i,t})

O modelo adotado neste estudo para mensuração de gerenciamento de resultado utilizou como *proxy* os *accruals* discricionários (DA), tendo em vista que esses são os componentes manipulados de forma artificial para gerenciar os resultados contábeis. Os *accruals* discricionários (DA) serão mensurados por meio da diferença entre os *Accruals* Totais (TA) e os *Accruals* não Discricionários (NDA).

A metodologia de Jones (1991) foi considerada por Dechow *et al.* (1995), dentre outras metodologias, como sendo a mais eficiente para a estimação de gerenciamento de resultados.

Após a publicação do trabalho de Jones (1991), alguns estudos surgiram com a finalidade de apoiar, adaptar o modelo para que ele gerasse estimações mais precisas. Segundo Kothari *et al.* (2005), quando o método utilizado para mensurar os *accruals* discricionários se relaciona à *performance*, então a estimação pode estar enviesada para a rejeição da hipótese nula de que

não há manipulação contábil. O estudo de Dechow et al. (1995) também indica que esse viés pode ocorrer em empresas cujo desempenho financeiro seja muito alto. Deste modo, Kothari *et al.* (2005) sugerem que seja feito um ajuste dos *accruals* discricionários pelos *accruals* discricionários médios de um portfólio ajustado pelo retorno sobre ativo (ROA) e indústria (Santos e Carvalho, 2010). Assim, é incluindo um intercepto e a variável ROA, corrente ou defasado, com a finalidade de especificar a performance da entidade.

As alterações sugeridas por Kothari *et al.* (2005) no modelo de Jones (1991) serão adotadas neste estudo, conforme equações 4, 5, 6 e 7:

$$TA_{i,t} = \frac{LL_{i,t}}{A_{i,t-1}} - \frac{FCO_{i,t}}{A_{i,t-1}} \quad (4)$$

$$NDA_{i,t} = \alpha_1 + \beta_1 \left(\frac{1}{A_{i,t-1}} \right) + \beta_2 \left(\frac{\Delta R_{i,t} - \Delta CR_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \beta_3 \left(\frac{PPE_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \beta_4 (ROA_{i,t-1}) \quad (5)$$

$$TA_{i,t} = \hat{\alpha}_1 + \hat{\beta}_1 \left(\frac{1}{A_{i,t-1}} \right) + \hat{\beta}_2 \left(\frac{\Delta R_{i,t} - \Delta CR_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \hat{\beta}_3 \left(\frac{PPE_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \hat{\beta}_4 (ROA_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (6)$$

$$DA_{i,t} = TA_{i,t} - NDA_{i,t} \quad (7)$$

Onde,

$TA_{i,t}$ = *accruals* totais da empresa *i* no período *t*;

$LL_{i,t}$ = lucro líquido da empresa *i* no final do período *t*, ponderados pelos ativos totais no final do período *t-1*;

$FCO_{i,t}$ = fluxo de caixa operacional da empresa *i* no final do período *t*, ponderados pelos ativos totais no final do período *t-1*;

$NDA_{i,t}$ = *accruals* não discricionários da empresa *i* no período *t*;

$DA_{i,t}$ = *accruals* discricionários da empresa *i* no período *t*;

$A_{i,t-1}$ = ativos totais da empresa *i* no final do período *t-1*.

$\Delta R_{i,t}$ = variação das receitas líquidas da empresa *i* do período *t-1* para o período *t*, ponderada pelos ativos totais no final do período *t-1*;

$\Delta CR_{i,t}$ = variação das contas a receber da empresa i do período $t-1$ para o período t , ponderada pelos ativos totais no final do período $t-1$;

$PPE_{i,t}$ = saldos das contas do ativo imobilizado (bruto) e intangível da empresa i no final do período t , ponderados pelos ativos totais no final do período $t-1$;

$ROA_{i,t-1}$ = retorno sobre o ativo da empresa i do período $t-1$;

Segundo Sibim (2017) é importante ressaltar que a variável PPE apresenta algumas particularidades. Em função da adoção das Interpretações e Orientações Técnicas e Contábeis (ICPC) 01 (R1) em 2009, as empresas classificadas como de utilidade pública foram orientadas a reclassificarem seus ativos imobilizados, relacionados aos contratos de concessão. Assim, os Ativos Imobilizados foram reclassificados em Intangível. Essa reclassificação fez com que a maior parte das empresas de utilidade pública não apresentasse saldo no imobilizado. Por este motivo e considerando que os saldos das despesas com amortização compõem o cálculo dos *accruals* totais, é necessário incluir a variável intangível no cálculo dos *accruals* não discricionários, fornecendo uma melhor captação dos *accruals* discricionários. Ainda segundo Sibim (2017), a inclusão do intangível segue a lógica do imobilizado, onde os *accruals* discricionários são geridos por meio da depreciação, assim também, é possível manipular os *accruals* da amortização. Essa inclusão é oportuna, pois Dechow *et al.* (1995) consideraram as despesas com depreciação e amortização no cálculo dos *accruals* totais, e os valores evidenciados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa englobam também as despesas com depreciação e amortização.

Os *accruals* discricionários descritos na equação 7 são os resíduos da regressão. Quanto maior for a distância do resíduo de zero (positiva ou negativamente), maior será o nível de gerenciamento de resultados. Os resíduos negativos representam uma contabilidade conservadora, sugerindo que as entidades buscaram reduzir o lucro reportado, enquanto que os positivos são caracterizados por uma contabilidade agressiva, indicando que o propósito do gerenciamento era elevar o lucro reportado (Martinez, 2001). No entanto, neste estudo foi utilizado o módulo do resultado dos *accruals* discricionários, uma vez que, neste trabalho, não se torna relevante se a empresa está gerenciando seu resultado para baixo ou para cima.

Desta maneira, surge a primeira hipótese deste estudo:

Hipótese 1: Os níveis de *accruals* discricionários apresentam relação positiva com o *audit report lag*.

É evidenciado na literatura que quanto maior o tempo de emissão do relatório do auditor, pior a qualidade das informações contábeis (Krishnan & Yang, 2009; Paulo, 2012). Assim, é possível inferir que os auditores gastariam mais tempo para auditar demonstrações que apresentem evidências de maiores níveis de gerenciamento de resultados. Desta forma, é esperado um sinal positivo para esta variável. Vuko e Čular (2014) dizem que o nível de *accruals* também é usado como um indicador do risco inerente à auditoria, pois os *accruals* têm um risco maior de erro e exigem mais esforço para conclusão da auditoria. Acrescentam ainda que as auditorias nas empresas que possuem elevado nível de *accruals* apresentam mais incerteza do que as auditorias de empresas com baixos níveis de *accruals*, devido ao potencial erro de estimativa.

c. Tamanho da firma de auditoria independente (*BIGFOUR*_{i,t})

Pesquisas relacionadas à auditoria têm utilizado como *proxy* para tamanho o fato da empresa ser ou não uma das quatro maiores firmas de auditoria do mundo, as chamadas *big four*, onde estão incluídas PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young (Iman, Ahmed & Khan, 2001; Ahmed 2003; Leventis, Weetman & Caramanis, 2005; Owusu-Ansah & Leventis, 2006; Braunbeck, 2010; McGee & Yuan, 2008; Paulo, 2012; Sá, 2015; Santana *et al.*, 2016; Hsu, 2016). Assim, caso a auditoria seja realizada por uma das firmas *big four*, a variável *BIGFOUR*_{i,t} assume valor 1, caso contrário 0.

Hipótese 2: O tamanho da firma de auditoria apresenta uma relação positiva com o *audit report lag*.

Estudos recentes como os de Hsu (2016) e Elijah (2015) evidenciaram que as quatro grandes empresas de auditoria têm uma relação positiva com o atraso do relatório de auditoria. Segundo os autores, essa constatação indica que as *big four* geralmente prestam serviços para grandes empresas e auditam as demonstrações contábeis com mais cautela. É esperando um sinal positivo para esta hipótese.

d. Tipo do parecer de auditoria (*PARECER*_{i,t})

Estudos mostram que o tipo de parecer emitido pelo auditor influencia o tempo de apresentação das demonstrações financeiras (Owusu-Ansah & Leventis, 2006; Turel, 2010, Gajevszky, 2013; Moradi, Salehi & Soleymani, 2013; Rahmawati, 2013). Assim, será adotada a variável $RESSALVA_{i,t}$, que assumirá valor 1 caso as demonstrações tenham algum tipo de ressalva dos auditores, e 0 caso contrário. Assim, formulou-se a terceira hipótese:

Hipótese 3: Ressalva no relatório de auditoria apresenta relação positiva com o *audit report lag*.

Chan, Luo e Mo (2016) evidenciaram que empresas com longo *audit report lag* são mais propensas a terem algum tipo de ressalva no relatório do auditor, assim como Pereira e Costa (2012) e Whittred e Zimmer (1984). Martins, Diniz e Miranda (2018) dizem que o parecer é “limpo”, quando consta uma opinião não modificada, ou parecer com ressalva, quando consta: opinião com ressalva, opinião adversa ou abstenção de opinião.

e. Comitê de Auditoria ($COMAUDIT_{i,t}$)

Koch, Weber e Wüstemann (2011), consideram que a decisão das relações contratuais da auditoria independente com o comitê de auditoria pode contribuir para a independência da auditoria e também com o *audit report lag* (Sultana et al., 2015; Lay, Gonçalves & Cunha, 2017). Assim, caso a empresa auditada possua comitê de auditoria dentro da sua estrutura de governança, a variável $COMAUDIT_{i,t}$ assume valor 1 e 0 caso contrário. A quarta hipótese formulada é a seguinte:

Hipótese 4: Possuir comitê de auditoria em sua estrutura apresenta uma relação negativa com o *audit report lag*.

Conforme Vuko e Čular (2014) e Hassan (2016), nas empresas que possuem comitê de auditoria, o prazo do relatório do auditor independente é menor. Uma vez que cabe ao comitê de auditoria atuar como um órgão de supervisão da gestão e dos processos internos, sua atividade auxilia nos trabalhos dos auditores, fazendo com que sejam mais ágeis na conclusão. O Comitê de Auditoria é importante para assegurar o equilíbrio, a integridade e a transparência

das informações financeiras publicadas aos investidores. Assim, é esperado um sinal negativo nesta variável.

f. Prestação de serviços de não auditoria ($NAOAUDIT_{i,t}$)

Para indicar se a empresa de auditoria prestou outros serviços ao cliente, além dos serviços de auditoria propriamente ditos, foi criada a variável $NAOAUDIT_{i,t}$, que assume valor 1 quando, naquele ano, ocorreram tais serviços e valor 0, caso contrário (Chung & Kallapur, 2003; Francis & Ken, 2006; Paulo, 2012). A informação sobre a prestação ou não de outros serviços ao cliente foi obtida através das informações disponíveis no sítio da CVM.

Hipótese 5: a prestação de serviços de não auditoria possui relação negativa com o *audit report lag*.

Parte-se da premissa de que com o a prestação de outros serviços, as firmas de tenham acesso antecipado as demonstrações dos seus clientes, e assim conseguem finalizar os serviços de auditoria em prazos mais curtos tempo. Assim, é esperado um sinal negativo para esta variável.

g. Tempo de prestação de serviços de auditoria ao cliente ($AUDTENURE_{i,t}$)

Com base em trabalhos encontrados na literatura nacional e internacional sobre o tema (Johnson, Khurana & Reynolds, 2002; Jenkins & Velury, 2008; Li, 2010; Chi, Douthett Jr. & Lisic, 2012; Dao & Pham, 2014; Bhoor & Khamees, 2016) foi utilizada como *proxy* para o tempo de prestação de serviços ao cliente ($AUDTENURE_{i,t}$), a quantidade de anos consecutivos em que a auditoria é realizada pela mesma empresa.

Hipótese 6: O tempo de prestação de serviço da firma de auditoria possui relação negativa com o *audit report lag*.

Assim como na hipótese 5, com maior tempo de prestação de serviços, as firmas de auditoria passam a conhecer melhor as demonstrações dos seus clientes, e assim conseguem finalizar os serviços em menos tempo. Assim, é esperado um sinal negativo para esta variável.

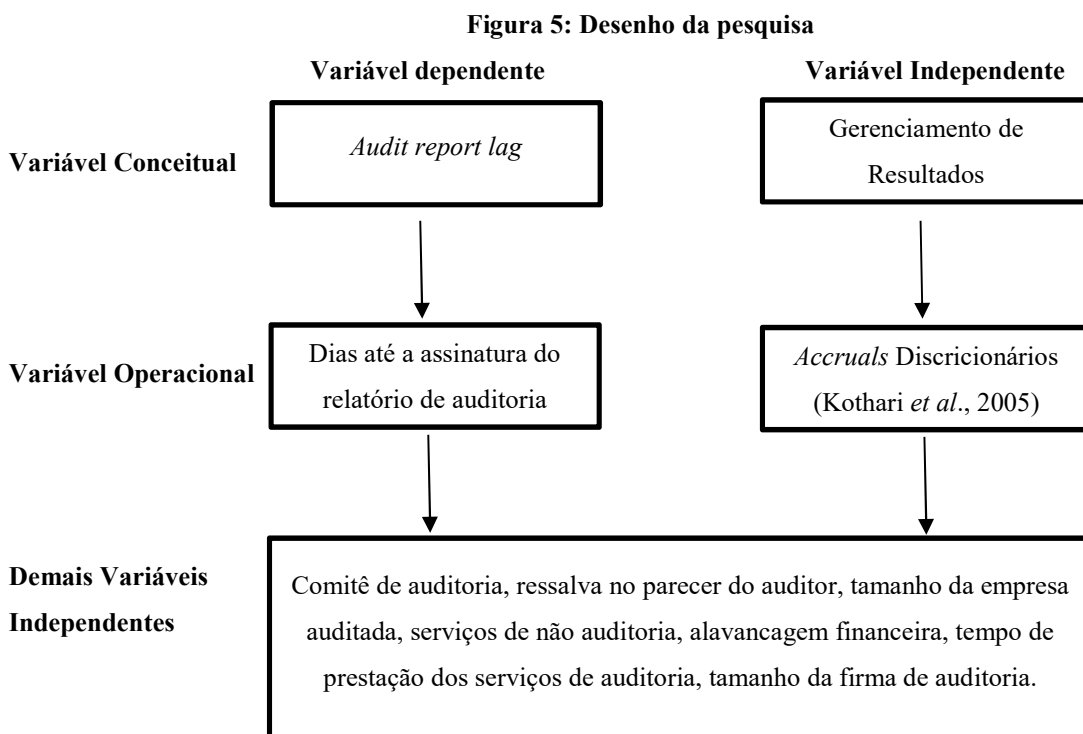
h. Variáveis de controle

Os estudos sobre auditoria utilizam algumas variáveis para minimizar os efeitos da endogeneidade sobre os resultados de suas pesquisas (Lennox, Francis & Wang, 2012; Paulo, 2012). Nesta pesquisa serão utilizadas as seguintes variáveis:

- Logaritmo do ativo total da empresa ($\text{LnATV}_{i,t}$): Escobar Rodriguez e Borrero-Dominguez (2008) na Espanha, de Krishnan e Yang (2009), nos Estados Unidos, e o de Pereira e Costa (2011), no Brasil, evidenciaram que o tamanho da firma de auditoria possui relação negativa com o *audit report lag*.

- Alavancagem da firma auditada ($\text{Alav}_{i,t}$): Hsu (2016) evidenciou que a alavancagem financeira está positivamente associada ao *audit report lag*. Assim, o autor concluiu que as empresas de auditoria auditam empresas com maior alavancagem financeira mais cuidadosamente para garantir a precisão dos relatórios de auditoria.

Na Figura 5 é apresentada o desenho da pesquisa:



Fonte: elaborada pelo autor

3.5 Modelo econométrico utilizado

Foi adotado o modelo econométrico descrito na equação 8 para verificar a relação entre *audit report lag* e gerenciamento de resultados nas companhias listadas na B3.

$$\text{AUDITLAG}_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \text{DA}_{i,t} + \beta_2 \text{COMAUDIT}_{i,t} + \beta_3 \text{NAOAUDIT}_{i,t} + \beta_4 \text{RESSALVA}_{i,t} + \beta_5 \text{AUDTENURE}_{i,t} + \beta_6 \text{BIGFOUR}_{i,t} + \beta_7 \text{LnAT}_{i,t} + \beta_8 \text{Alav}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (8)$$

Onde,

$\text{DA}_{i,t}$ representa o nível de *accruals* discricionários da empresa *i* no momento *t*;

$\text{COMAUDIT}_{i,t}$ indica se a empresa *i* possui comitê de auditoria no momento *t*;

$\text{NAOAUDIT}_{i,t}$ indica se empresa *i* contratou serviços não relacionados à auditoria no momento *t*;

$\text{RESSALVA}_{i,t}$ indica se o relatório de auditoria na empresa *i* foi do tipo modificado no momento *t*;

$\text{AUDTENURE}_{i,t}$ indica o tempo, em anos, em que a empresa *i* é auditada por uma mesma firma no momento *t*;

$\text{BIGFOUR}_{i,t}$ indica se a empresa *i* é auditada por uma das 4 maiores firmas de auditoria do mundo, no momento *t*;

$\text{LnAT}_{i,t}$ é logaritmo do ativo total da empresa *i* no momento *t*;

$\text{Alav}_{i,t}$ representa a alavancagem financeira da empresa *i* no momento *t*.

Na Figura 6 é apresentado o resumo das variáveis do modelo:

Figura 6 - Variáveis do modelo

Variável / nome	Mensuração	Coleta
Gerenciamento de resultados (DA) (+)	Nível de <i>accruals</i> discricionários da empresa estimados pelo modelo de Kothari et al. (2005) (Krishnan & Yang, 2009; Paulo, 2012).	Dados coletados no Economática e estimados pelo modelo de Kothari et al. (2005)
Tamanho da firma de auditoria independente / BIGFOUR (+)	<i>Dummy</i> que assume 1 caso a companhia tenha sido auditada por uma empresa Big Four e 0 (zero) caso contrário (Elijah, 2015; Hsu, 2016).	Sítio da CVM
Comitê de Auditoria / COMAUDIT (-)	<i>Dummy</i> que assume 1 caso a empresa possua em sua estrutura comitê de auditoria e 0 caso contrário (Vuko & Čular, 2014; Hassan, 2016).	Sítio da CVM

Parecer sem ressalva / PARECER (+)	Dummy que assume 1 se o relatório de auditoria não contenha ressalva, 0 (zero) caso contrário (Pereira & Costa, 2011; Chan, Luo & Mo, 2016).	Sítio da CVM
Prestação de serviços de não auditoria / NAOAUDIT (-)	Dummy que assume 1 se a firma de auditoria prestou outros serviços para a empresa, 0 (zero) caso contrário (Paulo, 2012).	Sítio da CVM
Tempo de prestação de serviços de auditoria ao cliente / TENURE (-)	Quantidade de anos consecutivos que uma empresa prestou serviços de auditoria a companhia (Dao & Pham, 2014; Bhoor & Khamees, 2016).	Sítio da CVM
Alavancagem da firma auditada / Alav (+)	Alavancagem financeira da empresa (Hsu, 2016).	Economática
Tamanho da empresa / LnAtv (-)	Logaritmo do Ativo Total ao final do exercício (Escobar Rodriguez e Borrero-Dominguez, 2008; Krishnan & Yang, 2009; Pereira & Costa, 2011).	Economática

Fonte: elaborada pelo autor

Como trata-se de observação de várias empresas ao longo dos anos, os dados são classificados como um painel. Os dados em painel possuem a dimensão tanto de séries temporais quanto de dados transversais (Brooks, 2008). Na utilização de dados em painel, foi necessário escolher o modelo mais adequado: modelo de efeito fixo ou de efeito aleatório. Dessa forma, os seguintes testes foram aplicados para a definição do modelo mais adequado a ser utilizado, segundo Gujarati (2012):

- Teste de Chow: utilizado para a escolha entre *pooled* e efeitos fixos. Realizado para a comprovação de quebra numa tendência estável de série histórica estatística. A rejeição da hipótese nula indica que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado.
- Teste de Breusch-Pagan: utilizado para a escolha entre *pooled* e efeitos aleatórios. A hipótese nula do teste indica que a variância do erro de unidade específica é zero. A rejeição da hipótese nula indica que o modelo de efeitos aleatórios é o mais adequado.
- Teste de Hausman: é usado para definir qual dos dois modelos, entre o de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios, é mais adequado. Dessa forma, se a hipótese nula for rejeitada, a conclusão é de que o modelo de efeitos aleatórios não é adequado e que pode ser melhor o modelo de efeitos fixos, caso em que as inferências estatísticas serão condicionadas ao termo de erro na amostra.

O setor financeiro não foi considerado na pesquisa, uma vez que seus relatórios financeiros seguem normas distintas das demais empresas, conforme já explicado nas seções anteriores do presente trabalho. Desta forma, a amostra contém dados anuais de empresas de 9 (nove) setores da B3, conforme apresentado na Tabela 1.

Conforme apresentado na Tabela 1, verifica-se que a maior parte das empresas da amostra estão classificadas no setor de consumo cíclico, seguidos pelas empresas de bens materiais. Estes são os dois setores predominantes de classificação de empresas na B3, enquanto o setor de tecnologia da informação e o setor de telecomunicações apresentam-se na pesquisa como os de menores representatividade.

Na Tabela 2 são apresentados os dados do *audit report lag*, que representa o tempo em dias que o auditor levou para apresentar o relatório de auditoria sobre uma firma, considerando a data-base do fim do último exercício financeiros das empresas. As informações foram coletadas no sítio da CVM, na sessão de Dados Econômico Financeiros.

Tabela 2: *Audit Report Lag*

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Média	78,77	72,11	71,77	68,60	70,41	72,53	74,97	70,82
Desvio Padrão	22,81	20,32	20,20	20,39	22,28	21,64	34,58	21,11
Mínimo	25	23	31	27	26	29	19	26
Máximo	168	146	179	234	198	218	388	229
Observações	208	225	229	237	239	243	247	251

Pode-se verificar que a maior média de *audit report rag* aconteceu no ano de 2010, com 78 dias. Para apurar se a média do ano de 2010 é maior que nos demais anos, foi realizado o teste de Wilcoxon-Mann-Whitney, conforme apresentado na Tabela 3:

Tabela 3: Teste de Mann-Whitney

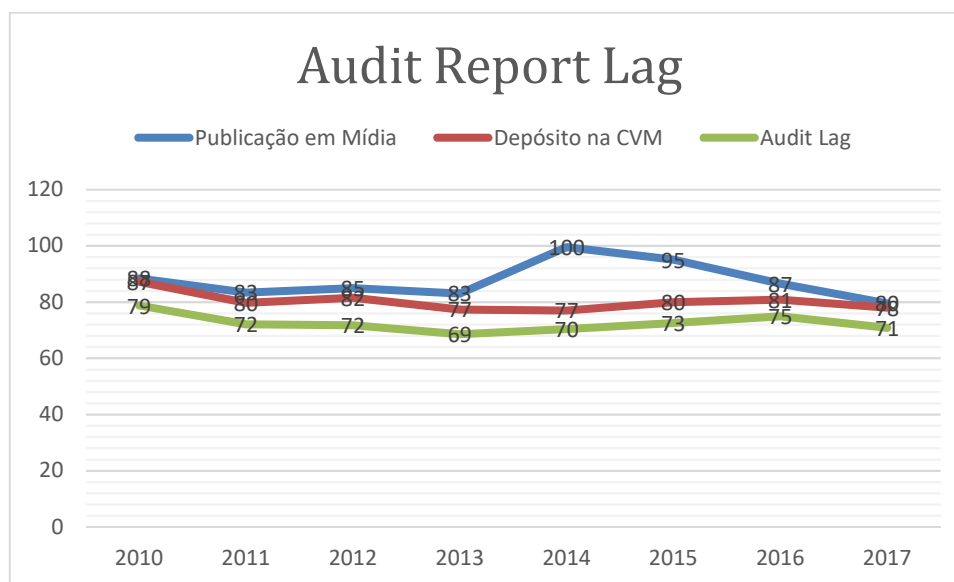
2010 versus	z	Prob > z
2011	2,79	0,0052*
2012	3,93	0,0001*
2013	5,75	0,0000*
2014	5,04	0,0000*
2015	3,08	0,0020*
2016	3,96	0,0001*
2017	5.062	0,0000*

* Estatisticamente significante a 1%

Pela observação da Tabela 3, verifica-se que a hipótese nula, de que as médias do *Audit Report Lag* seriam iguais nos anos analisados, foi rejeitada em todos os casos. Ou seja, a média de *audit report lag* no ano de 2010 foi estatisticamente superior do que nos demais anos. Este resultado está em conformidade com os de Pereira e Costa (2011), que evidenciaram que a média do ano de 2010 é mais elevada devido ao fato de ser o primeiro ano com vigência obrigatória das normas em IFRS. Assim, as empresas podem ter demorado mais tempo a produzir suas demonstrações, bem como os auditores a apresentar seus relatórios.

É importante frisar que existem diferenças entre 3 importantes datas no que diz respeito a apresentação de demonstrações financeiras: *audit report lag*, a data apresentação das demonstrações financeiras à CVM e a data de publicação das demonstrações em mídia. As datas de apresentação de cada uma delas são datas distintas, conforme apresentado no gráfico 1, que traz a média das empresas deste estudo por ano, de 2010 a 2017. Enquanto o *audit report lag* depende apenas da apresentação do parecer de auditoria pelos auditores contratados, as outras duas datas são discricionárias para a empresa, ou seja, a empresa pode escolher quando apresentá-las, respeitando a legislação vigente. Na figura 7 é apresentada as médias em gráfico:

Figura 7 – Data de publicação de relatórios



Fonte: elaborada pelo autor

Na Tabela 4 é apresentada a quantidade de empresas que contavam com comitês de auditoria em sua estrutura. Percebe-se um percentual crescente de empresas que criaram este órgão em sua estrutura, presente em 19,71% das firmas em 2010, evoluindo para 31,47% em 2017.

Tabela 4: Comitês de Auditoria

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Geral
Comitê Auditoria	41	44	48	53	57	72	75	79	469
Percentual	19,71%	19,56%	20,96%	22,36%	23,85%	29,63%	30,36%	31,47%	24,96%
ARL	77,02	71,5	67,29	64,24	65,57	68,65	72,65	66,81	68,97
Sem Comitê	167	181	181	184	182	171	172	172	1410
Percentual	80,29%	80,44%	79,04%	77,64%	76,15%	70,37%	69,64%	68,53%	75,04%
ARL	79,2	72,25	72,96	69,85	71,92	74,16	75,98	72,66	73,55
Observações	208	225	229	237	239	243	247	251	1879

Pode-se afirmar que possuir comitê de auditoria em sua estrutura faz com que a empresas tenham menor *audit report lag* (média de 68,97 dias) contra 73,55 dias das empresas que não possuem. O teste de diferença de médias (p-valor 0,000) apontou a rejeição da hipótese nula de que as médias são estatisticamente iguais.

Na Tabela 5 são apresentados o tempo médio, em anos, em que uma empresa de auditoria prestou serviços para a firmas deste estudo, chamado de *audit tenure*. É importante ressaltar que, apesar de existir legislação vigente que obriga as empresas de capital aberto a efetuarem o rodízio de auditores, as empresas que realizaram IPO e estão em seus primeiros anos na bolsa de valores, muitas vezes trazem consigo auditores que prestam serviços de longa data. Por este motivo é possível observar que os valores máximos, em alguns anos, são mais elevados.

Tabela 5: *Audit Tenure*

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Média	3,51	3,83	2,11	2,46	2,94	3,31	3,35	2,36
Desvio Padrão	2,665	2,8756	1,8038	1,2264	1,2555	1,5880	1,7418	1,6343
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	17	18	19	7	8	9	8	9
Observações	208	225	229	237	239	243	247	251

Pela observação da Tabela 5, verifica-se que a média, em anos, que uma empresa de auditoria permaneceu prestando serviços para a mesma companhia foi de 3,51 anos em 2010, reduzindo para 2,36 anos em 2017. Nota-se também a redução do desvio padrão de 2,66 em 2010 para 1,63 em 2017. É possível inferir que as firmas de auditoria estão permanecendo por menos tempo auditando a mesma empresa.

Na Tabela 6 são apresentados os dados das empresas que tiveram algum tipo de ressalva em seu relatório de auditoria e os respectivos *audit report lag* para cada grupo. Em todos os anos analisados percebe-se que a média de ARL das empresas que tiveram algum tipo de ressalva em seu parecer foi superior às que tiveram um parecer limpo.

Tabela 6: Parecer Com Ressalva

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Geral
Ressalva	7	13	12	13	13	17	13	14	102
Percentual	3,37%	5,78%	5,24%	5,49%	5,44%	7,00%	5,26%	5,58%	5,43%
ARL	113,28	79,46	87,58	94,46	104,23	89,23	115,15	97,92	96,51
Sem Ressalva	201	212	217	224	226	226	234	237	1777
Percentual	96,63%	94,22%	94,76%	94,51%	94,56%	93,00%	94,74%	94,42%	94,57%
ARL	77,57	71,66	70,9	67,1	68,46	71,27	72,73	69,22	71,02
Observações	208	225	229	237	239	243	247	251	1879

Verifica-se a rejeição da hipótese nula no teste de diferença de médias (p-valor 0,000) entre as empresas que tiveram ressalva em seu parecer (ARL de 96 dias) contra as empresas que não tiveram ressalva (ARL de 71 dias). Neste caso, pode-se afirmar que ter ressalva em seu parecer indica que as empresas tiveram um *audit report lag* estatisticamente maior.

Já na Tabela 7, são apresentados os dados das firmas de auditoria que prestavam outros serviços para as empresas auditadas, que não os serviços de auditoria propriamente ditos. Percebe-se uma redução ao longo do tempo, passando de 16,83% das empresas em 2010 para 8,37% das empresas em 2017.

Tabela 7: Serviços de não auditoria (SNA)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Geral
Com SNA	35	33	28	28	26	24	26	21	221
Percentual	16,83%	14,67%	12,23%	11,81%	10,88%	9,88%	10,53%	8,37%	11,76%
ARL	78,37	69,15	70,85	67,5	71,46	72,16	72,46	71,76	71,85
Sem SNA	173	192	201	209	213	219	221	230	1658
Percentual	83,17%	85,33%	87,77%	88,19%	89,12%	90,12%	89,47%	91,63%	88,24%
ARL	78,77	72,11	71,77	68,6	70,41	72,53	74,97	70,82	72,4
Observações	208	225	229	237	239	243	247	251	1879

Apesar de que no geral a média de *audit report lag* das empresas que contrataram as firmas de auditoria ser menor do que das empresas que não contrataram este tipo de serviço (71,85 dias

conta 72,4 dias), não é possível afirmar que existe diferenças estatísticas entre elas (p-valor 0,8658).

Na Tabela 8, estão dispostos os dados sobre o tamanho das firmas de auditoria. Considera-se *big four* caso a empresa tenha sido auditada por PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG ou Ernst & Young, que são consideradas as quatro maiores firmas de auditoria do mundo (Silva *et al.*, 2014; Sá, 2015; Hsu, 2016). A maioria das empresas estudadas foram auditadas por uma das quatro maiores firmas de auditoria do mundo em todos os anos estudados, apesar de que se verifica um aumento na quantidade de empresas que são auditadas por empresas que não são consideradas big four, de 54 (25,96%) firmas em 2010 para 81 (32,27%) em 2017. Este fato pode ser explicado porque novas firmas de auditoria vêm ganhando espaço no mercado ao longo dos últimos anos, se especializando e prestando bons serviços às empresas.

Tabela 8: Tamanho da empresa de auditoria

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Geral
Big Four	154	182	174	176	179	182	176	170	1393
Percentual	74,04%	80,89%	75,98%	74,26%	74,90%	74,90%	71,26%	67,73%	74,14%
ARL	76,15	71,47	70,74	67,62	68,39	71,24	72,11	68,38	70,66
Não Big Four	54	43	55	61	60	61	71	81	486
Percentual	25,96%	19,11%	24,02%	25,74%	25,10%	25,10%	28,74%	32,27%	25,86%
ARL	86,24	74,79	75,36	71,42	76,45	76,39	72,30	75,93	77,40
Observações	208	225	229	237	239	243	247	251	1879

Em todos os anos apresentados na Tabela 8, os dados indicam que as empresas auditadas por uma firma *big four* apresentaram *audit report lag* menor. No geral, a média em dias de *audit report lag* das empresas auditadas por uma das quatro maiores firmas de auditoria do mundo (70,66 dias) é estatisticamente menor (p-valor 0,000) do que das empresas auditadas por firmas não big four (77,4 dias).

4.2 Descrição e análise do gerenciamento de resultados com uso de *accruals* discricionários

Os resultados evidenciados nesta seção são apresentados de acordo com a ordem dos testes estatísticos realizados. Primeiro são apresentadas as estatísticas do modelo de Kothari *et al.*

(2005), uma vez que o mesmo fornece os resíduos da regressão, ou seja, os *accruals* discricionários. Na sequência foi realizada a análise descritiva dos *accruals* discricionários.

Segundo Sibim (2017), os *accruals* discricionários utilizados como proxy do gerenciamento de resultados por meio do modelo de Kothari et al. (2005) possui uma constante e o ROA que permitem controlar a heterocedasticidade, suavizar os problemas decorrentes do porte empresarial, especificar a performance da entidade e minimizar os erros de estimação dos *accruals* discricionários.

Para calcular o nível de gerenciamento de resultados, conforme prevê o modelo de Kothari et al. (2005), é necessário calcular o nível de *accruals* totais das firmas, efetuando a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional de cada uma das empresas da amostra, dividido pelo ativo total, obtendo os seguintes valores em termos de estatística descritiva, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9: Cálculo dos *accruals* totais

	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Accruals Totais	1879	-0,0604	0,3574	-8,0070	4,92376
FCO	1879	962.065,15	5.173.757,61	-2.570.977	89.709.000
LL	1879	222.612,71	58.537,44	-44.212.187	37.813.723

O valor médio encontrado dos *accruals* totais é negativo, o que indica uma tendência de que o fluxo de caixa operacional médio foi maior que o lucro líquido médio para essas firmas, resultados semelhante ao de Mellilo (2015), indicando que as escolhas na gestão das empresas apresentaram um resultado no regime de caixa maior que o mesmo para o regime de competência, em termos gerais. Dessa forma têm-se, portanto, os *accruals* totais.

Os *accruals* totais representam a variável dependente no modelo para calcular os *accruals* discricionários. Assim, é necessário calcular as quatro variáveis dependentes para estimação do modelo de gerenciamento de resultados, conforme apresentado na equação 9:

$$TA_{i,t} = \hat{\alpha}_1 + \hat{\beta}_1 \left(\frac{1}{A_{i,t-1}} \right) + \hat{\beta}_2 \left(\frac{\Delta R_{i,t} - \Delta CR_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \hat{\beta}_3 \left(\frac{PPE_{i,t}}{A_{i,t-1}} \right) + \hat{\beta}_4 (ROA_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t} \quad (9)$$

β_1 Inverso do ativo total da empresa, dividido pelo ativo total do ano anterior;

β_2 Variação da receita da empresa, menos a variação de contas a receber, dividido pelo ativo total do ano anterior;

β_3 Permanente das firmas, composto por imobilizado e intangível, dividido pelo ativo total do ano anterior;

β_4 Retorno sobre os ativos.

Na Tabela 10 são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis do modelo de Kothari *et al.*, (2005):

Tabela 10: Estatísticas descritivas das variáveis do modelo de Kothari *et al.* (2005)

	Obs	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
$\frac{1}{A_{i,t-1}}$	1879	3,89503E-06	1,96637E-05	1,11094E-09	0,0005
$\frac{\Delta R_{i,t} - \Delta CR_{i,t}}{A_{i,t-1}}$	1879	0,040410911	0,2762	-5,4332	5,7206
$\frac{PPE_{i,t}}{A_{i,t-1}}$	1879	0,402202527	0,3463	0,0000	4,1307
$ROA_{i,t-1}$	1879	0,235231506	40,6632	-613,7000	1188,90

Após calculadas todas as variáveis do modelo de Kothari *et al.*, (2005), procedeu-se a estimação dos parâmetros por meio de regressões de dados em painel por setores. Como a amostra desta pesquisa compreende de 9 (nove) setores de empresas listadas na B3, foram estimadas 9 regressões para obtenção dos *accruals* discricionários, que, neste caso, são representados pelos resíduos das regressões. Todas as regressões estão apresentadas no anexo A.

Tabela 11: *Accruals* discricionários com e sem outliers

	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<i>Accruals</i> Discricionários Com outliers	1879	1,0644E-10	0,323197702	-5,748809	6,272807
<i>Accruals</i> Discricionários Com outliers em módulo	1879	0,16037427	0,301637034	0,000089	6,272807
<i>Accruals</i> Discricionários sem outliers	1785	0,007512851	0,102852395	-0,343087	0,3144204
<i>Accruals</i> Discricionários sem outliers em módulo	1785	0,075542816	0,070179583	0,000089	0,343087

Após a estimação dos *accruals* discricionários por meio dos resíduos das regressões do modelo de Kothari et al. (2005), optou-se pela exclusão de outliers, utilizando 5% da amostra como parâmetro para as exclusões, conforme apresentado na Tabela 11. Foram excluídos 2,5% dos maiores valores e 2,5% dos menores. Os dados também foram apresentados em módulo, que serão parâmetro para este estudo. Como o objeto do trabalho não está em analisar se as empresas gerenciam seus resultados para baixo (*accruals* discricionários negativos) ou para cima (positivos), entende-se que o módulo é a melhor métrica a ser utilizada.

4.3 Relação entre Gerenciamento de Resultados e demais variáveis de auditoria

Após a estimação dos *accruals* discricionários por meio do modelo de Kothari *et al.* (2005) e exclusão de outliers, a amostra final deste estudo consta na Tabela 12:

Tabela 12: Amostra após exclusão de outliers

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Bens Industriais	44 22,92%	46 21,40%	46 20,72%	48 21,05%	49 21,40%	50 21,83%	50 21,28%	48 20,43%	381 21,34%
Consumo Cíclico	49 25,52%	63 29,30%	65 29,28%	66 28,95%	68 29,69%	68 29,69%	70 29,79%	70 29,79%	519 29,08%
Consumo Não Cíclico	16 8,33%	16 7,44%	15 6,76%	18 7,89%	17 7,42%	17 7,42%	18 7,66%	19 8,09%	136 7,62%
Materiais Básicos	26 13,54%	26 12,09%	27 12,16%	26 11,40%	27 11,79%	26 11,35%	25 10,64%	27 11,49%	210 11,76%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	2 1,04%	4 1,86%	5 2,25%	5 2,19%	4 1,75%	4 1,75%	5 2,13%	3 1,28%	32 1,79%
Saúde	9 4,69%	10 4,65%	12 5,41%	11 4,82%	11 4,80%	12 5,24%	13 5,53%	13 5,53%	91 5,10%
Utilidade Pública	39 20,31%	43 20,00%	44 19,82%	44 19,30%	43 18,78%	44 19,21%	43 18,30%	44 18,72%	344 19,27%
Tecnologia da Informação	3 1,56%	3 1,40%	4 1,80%	6 2,63%	6 2,62%	4 1,75%	7 2,98%	7 2,98%	40 2,24%
Telecomunicações	4 2,08%	4 1,86%	4 1,80%	4 1,75%	4 1,75%	4 1,75%	4 1,70%	4 1,70%	32 1,79%
Total	192 100%	215 100%	222 100%	228 100%	229 100%	229 100%	235 100%	235 100%	1785 100%

Com a finalidade de atender aos objetivos específicos deste trabalho, procedeu-se à verificação das médias do nível de *accruals* discricionários para empresas auditadas por *big four* e não *big*

four, empresas com comitê de auditoria e sem comitê, empresas com ressalva em seus pareceres e sem ressalva e por fim de empresas que contrataram as firmas de auditoria para prestar outros tipos de serviços, que não os de auditoria, conforme dados constam na Tabela 13:

Tabela 13: Diferença de médias

	Obs	Média <i>Accruals</i>	Dif. Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Big Four	1347	0,07018574	0,000*	0,066265085	0,000089	0,3248578
Não Big Four	438	0,092017659		0,078873688	0,003992	0,343087
Comitê	453	0,066245524	0,009*	0,06074692	0,000089	0,3049897
Sem Comitê	1332	0,078704733		0,072861812	0,0001724	0,343087
Ressalva	78	0,098702283	0,0055*	0,081636543	0,0016729	0,3412503
Sem Ressalva	1707	0,074484563		0,069454388	0,000089	0,343087
SNA	214	0,079872398	0,6262	0,074330041	0,0005491	0,303576
Sem SNA	1571	0,074953045		0,069599111	0,000089	0,343087

* Estatisticamente significativa a 1%

Conforme observa-se na Tabela 13, a média dos *accruals* discricionários das empresas auditadas por uma firma *big four* foi de 0,07018, com um total de 1347 observações, enquanto das empresas auditadas por firmas não pertencentes a este grupo foi de 0,09201, com um total de 438 observações. Verificou-se que as duas médias são estatisticamente diferentes (p-valor 0,000), evidenciando que empresas auditadas por uma firma *big four* possuem menores níveis de *accruals* discricionários.

Resultados semelhantes foram encontrados por Almeida e Almeida (2009) que investigaram a influência das grandes firmas de auditoria presentes no Brasil sobre o gerenciamento de resultados das empresas auditadas, concluindo que empresas auditadas por firmas de auditoria de grande porte (Big-4) apresentam evidência de menor grau de gerenciamento de resultados, sugerindo-se que maior *expertise* das firmas de auditoria de grande porte propicia melhor qualidade de auditoria, o que se seria evidenciado por um menor grau de gerenciamento de resultados das empresas auditadas por Big-4. Assim como por Silva, Pletsch, Vargas e Fazolin (2014), que com uma amostra de 106 empresas listadas no Segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, no período de 2010 a 2012, encontraram evidências que as empresas auditadas por uma Big Four possuem uma relação negativa com o gerenciamento de resultados.

Conforme apresentado na Tabela 13, foi possível verificar, ainda, que o nível de *accruals* discricionários em empresas que possuem comitê de auditoria em sua estrutura é

estatisticamente menor do que nas empresas que não possuem. Nas empresas que tiveram algum tipo de ressalva em seu parecer de auditoria o nível de *accruals* discricionários também foi estatisticamente maior.

Na Tabela 14 são apresentados os dados referentes ao tempo médio em que uma mesma empresa de auditoria permaneceu prestando serviços para a mesma empresa.

Tabela 14: *Audit Tenure*

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Média	3,536	3,781	2,1261	2,4781	2,9432	3,3231	3,3787	2,4128
Desv. Padrão	2,641	2,8191	1,8156	1,2433	1,2743	1,6033	1,7361	1,6576
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	17	18	19	7	8	9	8	9
Observações	192	215	222	228	229	229	235	235

Conforme apontando na Tabela 14, entre os anos de 2010 e 2017, da amostra analisada, foram identificadas 349 trocas de empresas de auditoria. Para analisar se os auditores em véspera de substituição fazem pressão nas empresas por menores níveis de *accruals* discricionários, verificou-se as médias de *accruals* discricionários no último ano em que a firma de auditoria prestou serviços a empresa e no ano imediatamente anterior. Na amostra analisada, no penúltimo ano em que a firma de auditoria prestou serviços à empresa, a média de *accruals* discricionários foi de 0,0759508 e no último ano foi de 0,0689083. Entretanto, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as médias ($p\text{-valor} = 0,5635$), e por isso não podemos afirmar que auditores em véspera de substituição fazem pressão por níveis de *accruals* discricionários menores.

Verificou-se ainda se a média dos *accruals* discricionários em empresas auditadas por firmas de auditoria em seu primeiro ano seria diferente das médias dos auditores no último ano. No ano imediatamente após a troca da empresa de auditoria, ou seja, no primeiro ano em que os auditores contratados emitiram o parecer para a firma auditada, a média dos *accruals* discricionários foi de 0,070169, enquanto a média no ano imediatamente antes da troca, a média foi de 0,069072. Entretanto o resultado do teste de diferença de média ($p\text{-valor} = 0,6009$) indicou que não existem diferenças estatisticamente significativas.

Estes resultados estão em contraposição aos obtidos por Azevedo (2007), que evidenciou que o rodízio das empresas de auditoria diminui o gerenciamento de resultados contábeis, mas corroboram com os de Formigoni, Antunes, Leite e Paulo (2008), Martínez e Reis (2010), e Bassetti (2011), que não encontraram evidências de que o rodízio dos auditores contribua para a melhoria da informação contábil.

4.4 Descrição e análise da relação entre *audit report lag*, *accruals* discricionários e demais variáveis do modelo

A seguir, na equação 9 é apresentado o modelo econométrico que objetiva responder ao problema principal proposto pelo presente estudo. A princípio, foi estimado o modelo *pooled* e o modelo de efeitos fixos para dados em painel. A partir do teste de Chow, rejeitou-se a hipótese nula, indicando que o modelo de efeitos fixos seria o mais adequado. Em seguida, foi estimado o modelo de efeitos aleatórios, e realizado o teste de Breusch-Pagan para avaliar a utilização deste modelo em contraposição ao modelo *pooled*. A hipótese nula do teste, de que o modelo *pooled* seria adequado, foi rejeitada, indicando que o modelo de efeitos aleatórios seria mais apropriado. Por fim, o teste de Hausman indicou a utilização do modelo de efeitos fixos.

Entretanto, a correta estimação e utilização do modelo de efeitos fixos está intimamente ligada à inexistência de heterocedasticidade e autocorrelação dos resíduos do modelo proposto. Neste caso, o teste de Wooldridge apontou a inexistência de autocorrelação entre os resíduos do modelo, conquanto o teste Modificado de Wald indicou a existência de heterocedasticidade. Posto que a heterocedasticidade se mostra presente no modelo de efeitos fixos, conforme aponta Gujarati (2012), é indicada a utilização do Método de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS).

$$\begin{aligned} \text{AUDITLAG}_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 \text{DA}_{i,t} + \beta_2 \text{COMAUDIT}_{i,t} + \beta_3 \text{NAOAUDIT}_{i,t} + \beta_4 \text{RESSALVA}_{i,t} \\ & + \beta_5 \text{AUDTENURE}_{i,t} + \beta_6 \text{BIGFOUR}_{i,t} + \beta_7 \text{LnAT}_{i,t} + \beta_8 \text{Alav}_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \end{aligned} \quad (9)$$

Após estimado o modelo de regressão proposto, os resultados foram apresentados na tabela 15:

Tabela 15 – Estimação do Modelo Proposto

Variável Dependente - AUDITLAG				
	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios	GLS	
DA	13.8877 ***	18.0332 *	30.3849 *	
BIGFOUR	5.9477 *	2.7881 ***	-1.9793	
RESSALVA	10.9790 *	13.6265 *	19.1962 *	
COMAUDIT	1.6099	-0.6186	-0.9614	
NAOAUDIT	-1.2083	-0.9158	0.3211	
AUDTENURE	0.2902	0.3216	0.3813	
LNATV	-4.1048 *	-1.7914 *	-0.7040 **	
ALAV	0.0010	0.0009	0.0009	
Constante	124.7209 *	93.3366 *	79.4241 *	
Chow	$\chi^2 = 5.41^*$			
Breusch- Pagan	$\chi^2 = 764.06^*$			
Hausman	$\chi^2 = 22.31^*$			
Wooldridge	F= 0.035			
Mod. de Wald	F= 4,4e+30*			
Wald	F = 108.38*			
Número de Grupos	247			
Número de Obs	1785			

*: Significativo a 1%

**: Significativo a 5%

***: Significativo a 10%

O modelo apresentado na Tabela 15, evidencia como *proxy* a variável *audit report lag* (AUDITLAG), que é representada pelo número de dias decorridos desde o encerramento do exercício social da empresa até a data de apresentação do relatório de auditoria. O modelo apresentado na tabela 15, por meio da estimação GLS, que se mostrou como a mais adequada no estudo, evidenciou como significativas as seguintes variáveis: *accruals* discricionários (AD), parecer de auditoria com ressalva (RESSALVA), logaritmo do ativo total (LNATV) e a constante, confirmando as hipóteses 1 e 3.

A variável que expressa o tamanho da empresa auditada, representada pelo logaritmo do ativo total (LNATV), apresentou significância estatística e influência negativa sobre a *proxy audit report lag* (AUDITLAG). Este resultado indica que, quanto maior for a empresa auditada, em menor tempo os auditores apresentam seus pareceres. Resultado este que se encontra em conformidade com dois estudos percursoros na literatura internacional sobre o assunto, de Dyer e McHugh (1975), em um contexto australiano e de Givoly e Palmon (1982), em contexto estadunidense, que evidenciaram que empresas maiores possuem *audit report lag* mais curtos.

Este resultado também corrobora com estudos mais recentes, como os de Bonson-Ponte, Escobar Rodriguez e Borrero-Dominguez (2008) na Espanha, de Krishnan e Yang (2009), nos Estados Unidos, e o de Pereira e Costa (2011), no Brasil.

Desde modo, pode-se dizer que clientes maiores recebem o parecer mais rapidamente que os demais. Assim como relatado por Krishnan e Yang (2009), as evidências, em âmbito brasileiro, no período de 2010 a 2017, corroboram com a visão de que o auditor posterga a emissão do parecer quando seu cliente é menor, pois o impacto econômico da perda de um grande cliente pode custar caro para a firma de auditoria. Sob outro ponto de vista, no que se refere à priorização de prazos para a liberação dos relatórios de auditoria, clientes maiores podem negociar prazos menores com os auditores, pois como são comumente mais acompanhados pelo mercado, podem se sentir obrigados a publicar suas demonstrações frente a qualquer evento que venha a ocorrer.

Já a variável que representa o tipo do parecer de auditoria, representada pela *dummy* RESSALVA, que assumiu valor 1 quando o relatório foi “sujo”, com algum tipo de ressalva do auditor e 0 caso contrário, apresentou significância estatística e influência positiva sobre a *proxy audit report lag* (AUDITLAG). Este resultado indica que quando o parecer dos auditores apresentar algum tipo de ressalva (opinião com ressalva, opinião adversa ou abstenção de opinião), em maiores prazos estes relatórios serão apresentados. Este resultado corrobora os estudos percussores nesta área, como os de Whittred e Zimmer (1984), bem como em estudos internacionais mais recentes, onde podemos citar Gajevszky (2013), Moradi, Salehi e Soleymani (2013), Rahmawati (2013) e Chan, Luo e Mo (2016), e no Brasil, Pereira e Costa (2011). Assim, os resultados indicam que o auditor pode postergar a entrega do parecer quando há a emissão de ressalva, iniciando, assim, longos processos de negociação com a empresa auditada. Nestes processos, quando não há um consenso para as correções necessárias, muitas das vezes, o parecer é emitido com algum tipo de ressalva.

A última variável que se mostrou significativa no modelo proposto foram os *accruals* discricionários (DA), apresentando significância estatística e influência positiva sobre a *proxy audit report lag* (AUDITLAG). Este resultado responde ao objetivo geral deste estudo, que é o de identificar a relação entre o gerenciamento de resultados e o *audit report lag*. Como explicitado nas sessões anteriores, o nível de gerenciamento de resultado de uma firma pode ser medido pelo nível de *accruals* discricionários de cada uma delas, no caso do presente estudo

estimados pelo modelo de Kothari *et al.* (2005). Vale ressaltar que este estudo utiliza o modulo dos *accruals* discricionários como proxy para gerenciamento de resultados, uma vez que não se discute se as empresas gerenciam seus resultados para menor (*accruals* discricionários negativos) ou maior (positivos), e sim o nível de gerenciamento das demonstrações.

Este resultado mostra que quanto maior for o nível de *accruals* discricionários de uma empresa, maior será o *audit report lag*. Ou seja, empresas que apresentam altos níveis de gerenciamento de resultados demoram mais tempo para receber o parecer dos auditores, pois os auditores têm mais trabalho para auditar demonstrações financeiras com altos níveis de *accruals* discricionários. Estes resultados corroboram com os de Krishnan e Yang (2009), que evidenciaram que quanto maior o tempo de emissão do relatório do auditor, pior a qualidade das informações contábeis. Neste sentido, Vuko e Čular (2014) dizem que o nível de *accruals* também é usado como um indicador do risco inerente à auditoria, pois os *accruals* têm um risco maior de erro e exigem mais esforço para conclusão da auditoria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dos auditores independentes, além de ser de extrema importância para atestar a veracidade dos dados financeiros reportados por uma companhia, também se torna peça fundamental para que uma empresa divulgue seus resultados para os usuários da contabilidade. Isso porque somente quando finalizados os trabalhos da auditoria, na maioria dos casos, é que a companhia vem a público apresentar suas demonstrações financeiras. E este período de tempo, em dias, da data de encerramento de exercício da companhia até a data de assinatura do relatório de auditoria pelos auditores independentes, vem sendo chamado na literatura de *audit report lag*, e reconhecido com um dos determinantes que mais influenciam a data de publicação das demonstrações financeiras. Por ser tão importante para a tempestividade da informação contábil, o *audit report lag* vem sendo estudado por diversos pesquisadores no mundo, que procuram identificar seus determinantes e suas características.

Em se tratando das funções da auditoria independente, com sua análise, as informações tendem a ter um melhor nível de qualidade, conduzindo o usuário a tomar melhores decisões e, conseqüentemente, gerando maiores benefícios econômicos, uma vez que o impacto dos auditores sobre a qualidade das informações contábeis deriva do seu papel em mitigar a má representação intencional ou não intencional da realidade econômica e financeira da firma (Dechow, Ge & Schrand, 2010).

Desta forma, este estudo teve como objetivo identificar a relação entre o *audit report lag* e o nível de gerenciamento de resultados, medido pelos *accruals* discricionários. Para buscar atingir este objetivo, o trabalho utilizou-se de uma amostra empresas listadas na B3, no período de 2010 a 2017, abrangendo 9 setores econômicos, totalizando 1879 observações. Além do objetivo geral, este estudo teve como objetivos específicos identificar o *audit report lag* por setores e por ano, identificar os seus determinantes e relacioná-los com o nível de gerenciamento de resultados.

Assim, para atingir o objetivo geral, foi proposto um modelo econométrico para dados em painel que evidencia o *audit report lag* como variável a ser explicada, e as seguintes variáveis como explicativas: *accruals* discricionários (DA), tamanho da firma de auditoria (BIGFOUR), parecer com ressalva (RESSALVA), possuir comitê de auditoria (COMAUDIT), prestação de

serviços de não auditoria (NAOAUDIT), tempo de prestação de serviços pela empresa de auditoria (TENURE), tamanho da empresa (LNATV) e alavancagem financeira (ALAV).

A princípio, foi realizado uma análise descritiva das variáveis e testes de média entre as variáveis de auditoria e o *audit report lag*. Ficou evidenciado que a média de *audit report lag* no ano de 2010 foi estatisticamente superior do que nos demais anos. Este resultado está em conformidade com os de Pereira e Costa (2011), que evidenciaram que a média do ano de 2010 é mais elevada devido ao fato de ser o primeiro ano com vigência obrigatória das normas em IFRS.

Evidenciou-se, também, que possuir comitê de auditoria em sua estrutura faz com que as empresas tenham menor *audit report lag*, média de 69 dias, contra 74 dias das empresas que não possuem (p-valor = 0,00). Empresas que tiveram ressalva em seu parecer possuem *audit report lag* estatisticamente maior do que as empresa que não tiveram seus pareceres ressalvados (96 dias contra 71 dias). Neste caso, pode-se afirmar que ter ressalva em seu parecer indica que a empresas terá um *audit report lag* maior. Empresas auditadas por uma das quatro maiores firmas de auditoria do mundo apresentaram ARL menor, em torno de 71 dias, contra 77 dias das empresas auditadas por firmas não *big four* (p-valor = 0,000).

Para atender a um dos objetivos específicos do estudo, as variáveis de auditoria foram relacionadas aos *accruals* discricionários. Foi evidenciado que a média dos *accruals* discricionários das empresas auditadas por uma firma *big four* (média de 0,07018) foi estatisticamente inferior (p-valor = 0,00) à média dos *accruals* discricionários das empresas auditadas por não big four (média de 0,09201). Resultados semelhantes foram encontrados por Almeida e Almeida (2009) e Silva *et al.* (2014). É possível inferir que as firmas de auditoria consideradas *big four* fazem maior pressão por menores níveis de *accruals* discricionários, uma vez que zelam pela sua reputação no mercado.

Foi possível verificar, ainda, que o nível de *accruals* discricionários em empresas que possuem comitê de auditoria em sua estrutura é estatisticamente menor do que nas empresas que não possuem (p-valor = 0,009). Nas empresas que tiveram algum tipo de ressalva em seu parecer de auditoria o nível de *accruals* discricionários também foi estatisticamente maior (p-valor = 0,005).

Finalmente, foi estimado o modelo de regressão para dados em painel proposto que teve como variável dependente o *audit report lag*, e como variáveis independentes as seguintes variáveis: nível de *accruals* discricionários (DA), comitê de auditoria (COMAUDIT), serviços não relacionados à auditoria (NAOAUDIT), parecer com ressalva (RESSALVA), tempo de prestação de serviços da empresa de auditoria (AUDTENURE), tamanho da empresa de auditoria (BIGFOUR), tamanho da empresa (LnAT) e alavancagem financeira da empresa (Alav). Das variáveis estudadas, três se mostraram estatisticamente significativas para explicar o *audit report lag*, a saber: *accruals* discricionários (DA), parecer com ressalva (RESSALVA) e tamanho da empresa auditada (LNATV).

Desta maneira, conclui-se que quanto maior o nível de gerenciamento de resultados de uma empresa, medido pelos *accruals* discricionários, mais tempo o auditor leva para concluir seus trabalhos. A auditoria, nestes casos, será realizada com mais cautela para evitar que erros passem despercebidos e causem impactos no mercado financeiro. Estes resultados coadunam com os de Paulo (2012), que diz que a celeridade de emissão do relatório de auditoria pode sinalizar algum atributo da qualidade sobre as informações contábeis reportadas pela empresa e com os de Krishnan e Yang (2009), que acrescenta que a qualidade dos lucros das companhias norte-americanas piora com o aumento do prazo de entrega do relatório por parte do auditor. Com a demora na conclusão dos trabalhos de auditoria e consequente demora na publicação das demonstrações financeiras, os usuários da contabilidade, acionistas e partes interessadas procuram outras fontes de informação, que trazem incertezas sobre a empresa.

Outra variável significativa no modelo foi a variável RESSALVA, que indicava se a empresa teve ressalva em seu relatório de auditoria. Ficou evidenciado que esta variável afeta positivamente o *audit report lag*, indicando que os auditores levam mais tempo para emitirem o parecer sobre empresas que tenham problemas em suas informações. Este resultado corrobora com os estudos de Whittred e Zimmer (1984), Gajevszky (2013), Moradi, Salehi e Soleymani (2013), Rahmawati (2013) e Chan, Luo e Mo (2016), e no Brasil com Pereira e Costa (2011). Assim, os resultados indicam que o auditor pode postergar a emissão do parecer quando há a emissão de ressalva, iniciando, assim, longos processos de negociação com a empresa auditada para verificação e correção de informações.

Por último, a variável tamanho da empresa (LNATV) mostrou influenciar negativamente o *audit report lag*. Portanto, quanto maior for a empresa, menor tende a ser o tempo que os

auditores levarão para auditá-la. Isso se explica pelo fato de que grandes empresas exercem pressão maior nos auditores pelos seus pareceres e que as firmas de auditoria são mais dependentes dos honorários dessas empresas. Este resultado corrobora com estudos de Bonson-Ponte, Escobar Rodriguez e Borrero-Dominguez (2008) na Espanha, de Krishnan e Yang (2009), nos Estados Unidos, e o de Pereira e Costa (2011), no Brasil.

Para pesquisas futuras sugere-se a utilização deste modelo em empresas de bolsas de valores em outros países, para comprovar e confrontar os resultados aqui encontrados. Ainda, sugere-se incluir empresas não listadas em bolsas de valores no Brasil, para avaliar se existem diferenças nos resultados. Pode-se também utilizar outros modelos estatísticos para confrontar os resultados ou ainda aplicar este estudo em setores específicos para aprofundar a análise. Há, ainda, a possibilidade de investigar outras variáveis que possam influenciar o *audit report lag*.

6 REFERÊNCIAS

- Abernathy, J. L., Barnes, M., Stefaniak, C., & Weisbarth, A. (2017). An international perspective on audit report lag: A synthesis of the literature and opportunities for future research. *International Journal of Auditing*, 21(1), 100-127.
- Abernathy, J. L., Beyer, B., Masli, A., & Stefaniak, C. (2014). The association between characteristics of audit committee accounting experts, audit committee chairs, and financial reporting timeliness. *Advances in Accounting*, 30(2), 283-297.
- Ahmed, K. (2003). The timeliness of corporate reporting: A comparative study of South Asia. *Advances in International Accounting*, 16, 17-43.
- Akerlof, G. (1970). The market for lemons. *Quarterly journal of economics*, 84(3), 488-500.
- Al Bhoor, A. Y., & Khamees, B. A. (2016). Audit Report Lag, Audit Tenure and Auditor Industry Specialization; Empirical Evidence from Jordan. *Jordan Journal of Business Administration*, 12(2).
- Alhadab, M., Clacher, I., & Keasey, K. (2015). Real and accrual earnings management and IPO failure risk. *Accounting and Business Research*, 45(1), 55-92.
- Almeida, J. E. F. D. (2010). *Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Almeida, J. E. F., & Almeida, J. C. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 20(50).
- Antunes, M. T. P., Grecco, M. C. P., Formigoni, H., & Neto, O. R. D. M. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19.
- Ashton, R. H., Graul, P. R., & Newton, J. D. (1989). Audit delay and the timeliness of corporate reporting. *Contemporary Accounting Research*, 5(2), 657-673.
- Ashton, R. H., Willingham, J. J., & Elliott, R. K. (1987). An empirical analysis of audit delay. *Journal of Accounting Research*, 275-292.
- Atiase, R. K., Bamber, L. S., & Tse, S. (1989). Timeliness of financial reporting, the firm size effect, and stock price reactions to annual earnings announcements. *Contemporary Accounting Research*, 5(2), 526-552.
- Azevedo, F. B. (2007). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. 2007. 56 p. *Master's Dissertation in Accounting-Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças-FUCAPE, Vitória*.
- Ball, R., & Brown, P. (1968). An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of accounting research*, 159-178.

- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of accounting and economics*, 39(1), 83-128.
- Bamber, E. M., Bamber, L. S., & Schoderbek, M. P. (1993). Audit structure and other determinants of audit report lag: An empirical analysis. *Auditing*, 12(1), 1.
- Barbosa, J. S., Scherer, L. M., Scarpin, J. E., & Dal-Ri Murcia, F. (2015). Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(24).
- Barton, J., & Simko, P. J. (2002). The balance sheet as an earnings management constraint. *The accounting review*, 77(s-1), 1-27.
- Bartov, E., & Mohanram, P. (2004). Private information, earnings manipulations, and executive stock-option exercises. *The Accounting Review*, 79(4), 889-920.
- Bassetti, Aldecir. Rotação de auditores independentes e a análise dos pareceres antes e depois do rodízio. Vitória, 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (Fucape).
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings¹. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 3-37.
- Beaver, W. H. (1968). The information content of annual earnings announcements. *Journal of accounting research*, 67-92.
- Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary accounting research*, 15(1), 1-24.
- Beekes, W., & Brown, P. (2006). Do Better-Governed Australian Firms Make More Informative Disclosures?. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(3-4), 422-450.
- Begley, J., & Fischer, P. E. (1998). Is there information in an earnings announcement delay?. *Review of accounting studies*, 3(4), 347-363.
- Bispo, O. D. A. (2010). *Gerenciamento de resultados contábeis e o desempenho das ofertas públicas subsequentes de ações de empresas brasileiras. 2010. 141 f* (Doctoral dissertation, Tese (Mestrado em Contabilidade e Controladoria)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte).
- Blankley, A. I., Hurtt, D. N., & MacGregor, J. E. (2014). The relationship between audit report lags and future restatements. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 33(2), 27-57.
- Bonson-Ponte, E., Escobar-Rodriguez, T. & Borrero-Dominguez, C. (2008), ‘Empirical analysis of delays in the signing of audit reports in Spain’, *International Journal of Auditing*, Vol. 12, No. 2, pp. 129–40.

- Bowen, R. M., Johnson, M. F., Shevlin, T., & Shores, D. (1992). Determinants of the timing of quarterly earnings announcements. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 7(4), 395-422.
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., & Kell, W. G. (2002). tradução José Evaristo dos Santos. *Auditoria. São Paulo: Atlas*.
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Bronson, S. N., Hogan, C. E., Johnson, M. F., & Ramesh, K. (2011). The unintended consequences of PCAOB auditing Standard Nos. 2 and 3 on the reliability of preliminary earnings releases. *Journal of Accounting and Economics*, 51(1-2), 95-114.
- Brooks, C. (2008). RATS Handbook to accompany introductory econometrics for finance. *Cambridge Books*.
- Brown, P., Dobbie, G. W., & Jackson, A. B. (2009). Measures of the timeliness of earnings: An empirical investigation. *January; Australian Research Council's Discovery Projects*, 1-36.
- Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: Earnings management in European private and public firms. *The accounting review*, 81(5), 983-1016.
- Burgstahler, D., & Dichev, I. (1997). Earnings management to avoid earnings decreases and losses. *Journal of accounting and economics*, 24(1), 99-126.
- Cameran, M., Prencipe, A., & Trombetta, M. (2016). Mandatory audit firm rotation and audit quality. *European accounting review*, 25(1), 35-58.
- Carslaw, C. & Kaplan, S. E. (1991), 'An examination of audit delay: Further evidence from New Zealand', *Accounting and Business Research*, Vol. 22, No. 85, pp. 21-32.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & SILVA, R. D. (2002). Metodologia científica. 5ª edição. *São Paulo: Ed. Prentice Hall*.
- Chambers, A. E., & Penman, S. H. (1984). Timeliness of reporting and the stock price reaction to earnings announcements. *Journal of accounting research*, 21-47.
- Chan, K. H., Luo, V. W., & Mo, P. L. (2016). Determinants and implications of long audit reporting lags: Evidence from China. *Accounting and Business Research*, 46(2), 145-166.
- Chen, K. Y., Lin, K. L., & Zhou, J. (2005). Audit quality and earnings management for Taiwan IPO firms. *Managerial Auditing Journal*, 20(1), 86-104.
- Chi, W., Douthett Jr, E. B., & Lisic, L. L. (2012). Client importance and audit partner independence. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31(3), 320-336.
- Choi, J. H., & Sunder, T. J. (2007). Auditors' governance functions and legal environments: An international investigation. *Contemporary Accounting Research*, 24(1), 13-46.

- Chung, H., & Kallapur, S. (2003). Client importance, nonaudit services, and abnormal accruals. *The Accounting Review*, 78(4), 931-955.
- Collins, D. W., & Kothari, S. P. (1989). An analysis of intertemporal and cross-sectional determinants of earnings response coefficients. *Journal of accounting and economics*, 11(2-3), 143-181.
- Courtis, J. K. (1976), 'Relationships between timeliness in corporate reporting and corporate attributes', *Accounting and Business Research*, Vol. 7, No. 25, pp. 45-56.
- Cunha, P. R., Hillesheim, T., de Faveri, D. B., & Junior, M. M. R. (2014). Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22).
- Damascena, L. G., Firmino, J. E., & Paulo, E. (2011). Estudo sobre os Pareceres de Auditoria: Análise dos parágrafos de ênfase e ressalvas constantes nas demonstrações contábeis das companhias listadas na bovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, 22(2), 125-154.
- Dao, M., & Pham, T. (2014). Audit tenure, auditor specialization and audit report lag. *Managerial Auditing Journal*, 29(6), 490-512.
- Dechow, P. M., & Schrand, C. M. (2004). Earnings quality. Charlottesville (Virginia): CFA Institute.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting review*, 70(2), 193-225.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401.
- DeFond, M. L., & Jambalvo, J. (1994). Debt covenant violation and manipulation of accruals. *Journal of accounting and economics*, 17(1-2), 145-176.
- DeFond, M. L., & Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of accounting and Economics*, 25(1), 35-67.
- Diamond, D. W. (1985). Optimal release of information by firms. *The journal of finance*, 40(4), 1071-1094.
- Domingos, S. B., Ponte, V. M. R., Paulo, E., & de Alencar, R. C. (2017). Gerenciamento de resultados contábeis em oferta pública de ações. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(31), 2.
- Dyck, A., & Zingales, L. (2004). Private benefits of control: An international comparison. *The journal of finance*, 59(2), 537-600.
- Dyer, J. C., & McHugh, A. J. (1975). The timeliness of the Australian annual report. *Journal of Accounting Research*, 204-219.

- Elijah, A. (2015). Corporate attributes and audit delay in emerging markets: empirical evidence from Nigeria. *International Journal of Business and Social Research*, 5(3), 01-10.
- Fama, E. F., & Laffer, A. B. (1971). Information and capital markets. *Journal of business*, 289-298.
- Fan, J. P., & Wong, T. J. (2005). Do external auditors perform a corporate governance role in emerging markets? Evidence from East Asia. *Journal of accounting research*, 43(1), 35-72.
- Financial Accounting Standards Board (US). (1980). *Qualitative Characteristics of Accounting Information: Statement of Financial Accounting Concepts No. 2, May 1980*. FASB.
- Firmino, J. E., Damascena, L. G., & Paulo, E. (2011). Qualidade da auditoria no Brasil: Um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas Big Four. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(3).
- Formigoni, H., Pompa Antunes, M. T., Soares Leite, R., & Paulo, E. (2008). A contribuição do rodízio de auditoria para a independência e qualidade dos serviços prestados: um estudo exploratório baseado na percepção de gestores de companhias abertas brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, 19(3).
- Fortin, S., & Pittman, J. A. (2007). The role of auditor choice in debt pricing in private firms. *Contemporary Accounting Research*, 24(3), 859-896.
- Francis, J. R., & Ke, B. (2006). Disclosure of fees paid to auditors and the market valuation of earnings surprises. *Review of Accounting Studies*, 11(4), 495-523.
- Francis, J. R., Khurana, I. K., & Pereira, R. (2003). The role of accounting and auditing in corporate governance and the development of financial markets around the world. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 10(1), 1-30.
- Francis, J., LaFond, R., Olsson, P., & Schipper, K. (2005). The market pricing of accruals quality. *Journal of accounting and economics*, 39(2), 295-327.
- Gajevszky, A. (2013). The Timeliness of Financial Reporting in The Context if European Union's Emerging Economies. *Network Intelligence Studies*, 2(73), 82.
- Ghosh, A., & Moon, D. (2005). Auditor tenure and perceptions of audit quality. *The accounting review*, 80(2), 585-612.
- Gioielli, S. O., De Carvalho, A. G., & Sampaio, J. O. (2013). Venture capital and earnings management in IPOs.
- Givoly, D. & Palmon, D. (1982), 'Timeliness of annual earnings announcements: Some empirical evidence', *The Accounting Review*, Vol. 57, No. 3, pp. 486-508.
- Gujarati, D. N. Sangeetha (2012), *Basic Econometrics*.

- Halim, A., & Hidayat, N. (2000). Studi Empiris Tentang Pengaruh Volume Perdagangan dan Return Terhadap Bid-ask Spread Saham Industri Rokok di Bursa Efek Jakarta Dengan Model Koreksi Kesalahan. *The Indonesian Journal of Accounting Research*, 3(1).
- Hassan, Y. M. (2016). Determinants of audit report lag: evidence from Palestine. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 6(1), 13-32.
- Healy, P. M. (1985). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of accounting and economics*, 7(1-3), 85-107.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). Teoria da Contabilidade. trad. Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas. Tradução de: *Accounting theory*.
- Hribar, P., & Collins, D. W. (2002). Errors in estimating accruals: Implications for empirical research. *Journal of Accounting research*, 40(1), 105-134.
- Hsiao, C. (2014). *Analysis of panel data* (No. 54). Cambridge university press.
- Hsu, H. (2016). An Empirical Analysis on the Determinants of Audit Report Lag. *DEStech Transactions on Social Science, Education and Human Science*, (icss).
- Hussain, S. (2010). Accounting journals and the ABS quality ratings. *The British Accounting Review*, 42(1), 1-16.
- Hussainey, K., & Walker, M. (2009). The effects of voluntary disclosure and dividend propensity on prices leading earnings. *Accounting and business research*, 39(1), 37-55.
- IASB - International Financial Reporting Standards .. Disponível em: <http://www.ifrs.org/>. Acesso em: 18 Mai 2018.
- Imam, S., Uddin Ahmed, Z., & Hasan Khan, S. (2001). Association of audit delay and audit firms' international links: Evidence from Bangladesh. *Managerial Auditing Journal*, 16(3), 129-134.
- Jaggi, B. & Tsui, J. (1999), 'Determinants of audit report lag: Further evidence from Hong Kong', *Accounting and Business Research*, Vol. 30, No. 1, pp. 17-28.
- Jenkins, D. S., & Velury, U. (2006). Does Auditor Tenure Impact the Reporting of Conservative Earnings? Paper read at American Accounting Association. In *Annual Meeting, at Washington, DC*.
- Jin, J., Kanagaretnam, K., & Lobo, G. J. (2018). Discretion in bank loan loss allowance, risk taking and earnings management. *Accounting & Finance*, 58(1), 171-193.
- Johnson, V. E., Trombetta, I. K., & Reynolds, J. K. (2002). Audit-firm tenure and the quality of financial reports. *Contemporary accounting research*, 19(4), 637-660.

- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of accounting research*, 29(2), 193-228.
- Júnior, A. C. B., Haberkamp, A. M., Alves, T. W., & Kronbauer, C. A. (2015). Efeitos das ifrs no conservadorismo contábil: Um estudo em companhias abertas dos países membros do glenif. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 7(2), 76-100.
- Kang, S. H., & Sivaramakrishnan, K. (1995). Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. *Journal of accounting Research*, 353-367.
- Khan, A. M., Ponzio, T. A., Sanchez-Watts, G., Stanley, B. G., Hatton, G. I., & Watts, A. G. (2007). Catecholaminergic control of mitogen-activated protein kinase signaling in paraventricular neuroendocrine neurons in vivo and in vitro: a proposed role during glycemic challenges. *Journal of Neuroscience*, 27(27), 7344-7360.
- Kirch, G., de Lima, J. B. N., & Terra, P. R. S. (2012). Determinantes da Defasagem na Divulgação das Demonstrações Contábeis das Companhias Abertas Brasileiras*/Determinants of Disclosure Timing for Financial Statements of Brazilian Public Companies. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 173.
- Koch, C., Weber, M., & Wüstemann, J. (2012). Can auditors be independent? experimental evidence on the effects of client type. *European Accounting Review*, 21(4), 797-823.
- Kormendi, R., & Lipe, R. (1987). Earnings innovations, earnings persistence, and stock returns. *Journal of business*, 323-345.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 105-231.
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of accounting and economics*, 39(1), 163-197.
- Kothari, S. P., Mizik, N., & Roychowdhury, S. (2015). Managing for the moment: The role of earnings management via real activities versus accruals in SEO valuation. *The Accounting Review*, 91(2), 559-586.
- Kothari, S. P., Shu, S., & Wysocki, P. D. (2009). Do managers withhold bad news?. *Journal of Accounting Research*, 47(1), 241-276.
- Krishnan, J., & Yang, J. S. (2009). Recent trends in audit report and earnings announcement lags. *Accounting Horizons*, 23(3), 265-288.
- Kwon, S. Y., Lim, Y. D., & Simnett, R. (2010). Mandatory audit firm rotation and audit quality: Evidence from the Korean audit market. *Unpublished paper*, 1-61.
- Lag. *DEStech Transactions on Social Science, Education and Human Science*, (icss).
- Lai, K. W., & Cheuk, L. C. (2005). Audit report lag, audit partner rotation and audit firm rotation: Evidence from Australia.

- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2007). *Técnicas de Pesquisa*. 5. ° ed. São Paulo: Atlas.
- Lambert, R., Leuz, C., & Verrecchia, R. E. (2007). Accounting information, disclosure, and the cost of capital. *Journal of accounting research*, 45(2), 385-420.
- Lay, L. A., Gonçalves, M., & Da Cunha, P. R. (2017). Relação entre gênero no conselho de administração e no comitê de auditoria com o audit delay. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(33), 118-139.
- Lennox, C. S., Francis, J. R., & Wang, Z. (2011). Selection models in accounting research. *The Accounting Review*, 87(2), 589-616.
- Lev, B. (1989). On the usefulness of earnings and earnings research: Lessons and directions from two decades of empirical research. *Journal of accounting research*, 153-192.
- Leventis, S., Weetman, P., & Caramanis, C. (2005). Determinants of audit report lag: Some evidence from the Athens Stock Exchange. *International Journal of Auditing*, 9(1), 45-58.
- Li, D. (2010). Does auditor tenure affect accounting conservatism? Further evidence. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(3), 226-241.
- Lindberg, D. L. (2001). Discussion of the demand for auditor reputation across international markets for audit services. *The International Journal of Accounting*, 36(4), 429-432. Almeida
- Lobo, G. J., & Zhou, J. (2006). Did conservatism in financial reporting increase after the Sarbanes-Oxley Act? Initial evidence. *Accounting horizons*, 20(1), 57-73.
- Lopes, A. B. (2009). *The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil* (Doctoral dissertation, The University of Manchester).
- Mansi, S. A., Maxwell, W. F., & Miller, D. P. (2004). Does auditor quality and tenure matter to investors? Evidence from the bond market. *Journal of Accounting Research*, 42(4), 755-793.
- Martinez, A. L. (2001). *Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Martínez, A. L., & Reis, G. R. M. (2010). Rodízio das firmas de auditoria eo gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(10).
- Martins, E., Diniz, J. A., & Miranda, G. J. (2018). Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. *São Paulo: Atlas*.
- Martins, V. G., de Oliveira, A. S., Niyama, J. K., & Diniz, J. A. (2014). Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e a Qualidade da Informação Contábil Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. *ConTexto*, 14(27), 23-42.
- McGee, R. W. (2007). Corporate governance and the timeliness of financial reporting: A case study of the Russian energy sector.

McGee, R. W., & Yuan, X. (2008). Corporate governance and the timeliness of financial reporting: an empirical study of the people's republic of China.

Melo, P. H. F., (2015). Gerenciamento de Resultados Contábeis e o desempenho das ofertas públicas iniciais de ações de empresas brasileiras. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria. (f. 250)

Moghaddam, A. G., Shakeri, M., Amani, N., & Kakhki, M. S. E. (2014). Non-executive Directors and Audit Report Lag in the Companies Listed in Tehran Stock Exchange. *Applied mathematics in Engineering, Management and Technology*, 2(2), 259-266.

Mohanram, P. S. (2003). How to manage earnings management. *Accounting World*, 10(1), 1-12.

Moradi, M., Salehi, M., & Mareshk, M. S. (2013). Timeliness of annual financial reporting: Evidence from the Tehran Stock Exchange. *ABAC Journal*, 33(3).

Mota, R. H. G., Cezar da Cunha, A., Ferreira deOliveira, A., & Paulo, E. (2017). Previsão de Lucro e Gerenciamento de Resultados: Evidências Empíricas no Mercado Acionário Brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 13(1), 6.

Moura, G. D., Ziliotto, K., & Mazzioni, S. (2016). Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 10(27).

Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. (2003). Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation?. *The Accounting Review*, 78(3), 779-799.

Ng, P. H. & Tai, Y. K. (1994), 'An empirical examination of the determinants of audit delay in Hong Kong', *The British Accounting Review*, Vol. 26, No. 1, pp. 43–59.

Nissim, D., & Penman, S. H. (2001). Ratio analysis and equity valuation: From research to practice. *Review of accounting studies*, 6(1), 109-154.

Oliveira, F. A., (2016). Resultados contábeis gerenciados e desempenho do modelo Ohlson para avaliação de investimentos em empresas brasileiras. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria. (f. 135-142)

Owusu-Ansah, S. (2000). Timeliness of corporate financial reporting in emerging capital markets: Empirical evidence from the Zimbabwe Stock Exchange. *Accounting and business research*, 30(3), 241-254.

Owusu-Ansah, S., & Leventis, S. (2006). Timeliness of corporate annual financial reporting in Greece. *European Accounting Review*, 15(2), 273-287.

Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Paulo, I. I. S. L. D. (2012). Conservadorismo da informação contábil: análise da relação com as características qualitativas da auditoria independente (Dissertação de mestrado – Universidade de Brasília)

Pereira, A. N., & Costa, F. M. (2011). Determinantes do atraso em auditoria externa (audit delay) em companhias brasileiras. *Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD)*, 36.

Portugal Barcellos, L., Vieira da Costa Júnior, J., & da Costa Laurence, L. (2014). Determinantes do Prazo de Divulgação das Demonstrações Contábeis das Companhias Não Financeiras Listadas na Bovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(20).

Rahmawati, E. (2013). Information content and determinants of timeliness of financial reporting of manufacturing firms in Indonesia (Doctoral dissertation, Victoria University).

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. _____ *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.

Revista Exame. *Escândalo da Petrobras põe os auditores na berlinda*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/dava-pra-pegar/>. Acesso em: 03 de mar. 2019

Richardson, S. A., Sloan, R. G., Soliman, M. T., & Tuna, I. (2005). Accrual reliability, earnings persistence and stock prices. *Journal of accounting and economics*, 39(3), 437-485.

Richardson, S., Tuna, I., & Wysocki, P. (2010). Accounting anomalies and fundamental analysis: A review of recent research advances. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 410-454.

Ronen, J., & Yaari, V. (2008). *Earnings management* (Vol. 372). Springer US.

Ruddock, C., Taylor, S. J., & Taylor, S. L. (2006). Nonaudit services and earnings conservatism: Is auditor independence impaired?. *Contemporary Accounting Research*, 23(3), 701-746.

Sá, T. S. (2014). Tempestividade da informação: uma análise dos fatores que influenciam o prazo de publicação das demonstrações financeiras no Brasil. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília. Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuariais – FACE.

Santana, A. G., Bezerra, F. A., Teixeira, S. A., & Cunha, P. R. D. (2016). Auditoria independente e a qualidade da informação na divulgação das demonstrações contábeis: estudo comparativo entre empresas brasileiras auditadas pelas big four e não big four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3).

Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, 3(4), 91.

Scott, W. R. (2003). Financial accounting theory.

Sibim, M. C. (2017). Gerenciamento de resultados e risco de crédito: estudo em companhias que negociam na BM&FBOVESPA.

Silva, A. D., Pletsch, C. S., Vargas, A. J. D., Fazolin, L. B., & Klann, R. C. (2016). Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3).

Silva, G. C., Takamatsu, R. T., & Avelino, B. C. (2017). Adesão aos níveis diferenciados de governança corporativa e qualidade das informações contábeis. *ConTexto*, 17(35).

Silva, Y. C. P., & Fonseca, M. W. (2015). Gerenciamento de resultados: Estudo empírico em empresas Brasileiras e Portuguesas Antes e Após a adoção das IFRS. *Base*, 12(3).

Skinner, D. J. (1994). Why firms voluntarily disclose bad news. *Journal of accounting research*, 32(1), 38-60.

Sloan, R. G. (1996). Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings?. *Accounting review*, 289-315.

Soltani, B. (2002), 'Timeliness of corporate and audit reports: Some empirical evidence in the French context', *The International Journal of Accounting*, Vol. 37, No. 2, pp. 215-46.

Stolowy, H., & Breton, G. (2004). Accounts manipulation: A literature review and proposed conceptual framework. *Review of Accounting and Finance*, 3(1), 5-92.

Sultana, N., Singh, H., der Zahn, V., & Mitchell, J. L. (2015). Audit committee characteristics and audit report lag. *International Journal of Auditing*, 19(2), 72-87.

Sunder, S., & Cyert, R. M. (1997). *Theory of accounting and control*. South-Western College Pub.

Suryanto, T. (2016). Audit Delay and Its Implication for Fraudulent Financial Reporting: A Study of Companies Listed in the Indonesian Stock Exchange. *European Research Studies*, 19(1), 18.

Teoh, S. H., Welch, I., & Wong, T. J. (1998). Earnings management and the long-run market performance of initial public offerings. *The Journal of Finance*, 53(6), 1935-1974.

Theóphilo, C. R., & Martins, G. D. A. (2016). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. *São Paulo: Atlas*, 2(104-119), 25.

Tucker, J. W., & Zarowin, P. A. (2006). Does income smoothing improve earnings informativeness?. *The accounting review*, 81(1), 251-270.

Türel, A. (2010). Timeliness of financial reporting in emerging capital markets: Evidence from Turkey. *Istanbul University Journal of the School of Business*, 39(2), 227-240.

Verrecchia, R. E. (1990). Information quality and discretionary disclosure. *Journal of accounting and Economics*, 12(4), 365-380.

Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of accounting and economics*, 32(1-3), 97-180.

Vuko, T., & Čular, M. (2014). Finding determinants of audit delay by pooled OLS regression analysis. *Croatian Operational Research Review*, 5(1), 81-91.

Watts, R., & Zimmerman, J. (1986). *Positive theory of accounting*. Englewood Cliffs, NY: Prentice-Hall.

Waymire, G. (1985). Earnings volatility and voluntary management forecast disclosure. *Journal of Accounting Research*, 268-295.

Weber, J., & Willenborg, M. (2003). Do expert informational intermediaries add value? Evidence from auditors in microcap initial public offerings. *Journal of Accounting Research*, 41(4), 681-720.

Whittred, G., & Zimmer, I. (1984). Timeliness of financial reporting and financial distress. *Accounting Review*, 287-295.

Zeghal, D., & Mhedhbi, K. (2006). An analysis of the factors affecting the adoption of international accounting standards by developing countries. *The International Journal of Accounting*, 41(4), 373-386.

ANEXO A

Nas tabelas 16 a 24 são apresentadas as regressões do modelo de Kothari et al. (2005) para os 9 setores abrangidos neste estudo: bens industriais; consumo cíclico; consumo não cíclico; materiais básicos; petróleo, gás biocombustíveis; saúde; utilidade pública; tecnologia da informação e telecomunicações. A variável dependente dos modelos são os *accruals* totais (TA), obtida pelo enfoque dos Fluxos de Caixa: Lucro líquido – fluxo de caixa operacional, ponderadas pelo ativo em t-1. É importante frisar que não é objeto deste estudo a validação do modelo de Kothari et al. (2005), sendo de interesse apenas os *accruals* discricionários, que serão os resíduos de cada uma das regressões.

			Num. de Observ.	400
R2 within	0.2603		Número de grupos	53
between	0.1633		F(4,343)	30.17
overall	0.1322		Prob > F	0.000

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	-0.1321769	4523.534	5.01	0.000***
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	22678.53	0.038115	-4.12	0.000***
PPE / Ai,t-1	-0.1571156	0.028126	-0.73	0.466
ROAt-1	-0.0205241	0.0006888	10.28	0.000***
Constante	0.0070785	0.0177566	-7.44	0.000***
sigma_u	0.11669339			
sigma_e	0.12119567			
Rho	0.48108079	(fraction of variance due to u_i)		

Tabela 16: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari et al. (2005) para o setor Bens industriais de 2010 a 2017

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

		Num. de Observ.	544
R2 within	0.0399	Número de grupos	73
between	0.817	F(4,467)	4.85
overall	0.3197	Prob > F	0.000

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
$1/A_{i,t-1}$	-4030.739	2191.941	-1.84	0.067
$\Delta R - \Delta CR / A_{i,t-1}$	0.0806184	0.0829577	0.97	0.332
PPE / $A_{i,t-1}$	-0.0290954	0.1522226	-0.19	0.849
ROAt-1	0.0008402	0.0002101	4	0.000***
Constante	-0.0332002	0.0476083	-0.7	0.486
sigma_u	0.21533638			
sigma_e	0.30315233			
Rho	0.33535395	(fraction of variance due to u i)		

Tabela 17: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Consumo Cíclico de 2010 a 2017

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

		Num. de Observ.	139
R2 within	0.0408	Número de grupos	19
between	0.1973	F(4,116)	1.23
overall	0.0812	Prob > F	0.301

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
$1/A_{i,t-1}$	-3433.013	14934.69	-0.23	0.819
$\Delta R - \Delta CR / A_{i,t-1}$	-0.100122	0.0697246	-1.44	0.154
PPE / $A_{i,t-1}$	0.0538552	0.0423959	1.27	0.207
ROAt-1	0.000815	0.0006152	1.32	0.188
Constante	-0.0777568	0.0230238	-3.38	0.001***
sigma_u	0.0576232			
sigma_e	0.0970915			
Rho	0.26048347	(fraction of variance due to u i)		

Tabela 18: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Consumo Não Cíclico de 2010 a 2017

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

	Num. de Observ.	216
R-squared	F(4, 211)	32.19
Root MSE	Prob > F	0.000

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	-10272.09	1201.74	-8.55	0.000***
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	0.0916987	0.0742113	1.24	0.218
PPE / Ai,t-1	-0.0246355	0.0377628	-0.65	0.515
ROAt-1	0.0007656	0.0004625	1.66	0.099*
Constante	-0.0251691	0.0190654	-1.32	0.188

Tabela 19: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Materiais Básicos de 2010 a 2017

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

	Num. de Observ.	55
R2 within	Número de grupos	7
between	F(4,44)	2.16
overall	Prob > F	0.0897

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	599101.9	257843.4	2.32	0.025
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	-0.0890639	0.1031039	-0.86	0.392
PPE / Ai,t-1	-0.5936408	0.7384056	-0.8	0.426
ROAt-1	0.0049277	0.0033858	1.46	0.153
Constante	-0.1911966	0.2848432	-0.67	0.506
sigma_u	0.77684698			
sigma_e	0.69104851			
Rho	0.55825097	(fraction of variance due to u i)		

Tabela 20: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Petróleo, Gás e Biocombustíveis de 2010 a 2017

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

	Num. de Observ.	100
R-squared	F(4, 95)	19.7
Root MSE	Prob > F	0.000

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	-6688.093	2038.474	-3.28	0.001***
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	0.1250652	0.1567816	0.8	0.427
PPE / Ai,t-1	0.2134216	0.1545343	1.38	0.170
ROAt-1	0.0026491	0.0020235	1.31	0.194
Constante	-0.048001	0.0966697	-0.5	0.621

Tabela 21: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Saúde de 2010 a 2017

*** significativo ao nível de 1%, ** significativo ao nível de 5%, * significativo ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

	Num. de Observ.	351
R-squared	F(4, 346)	4.55
Root MSE	Prob > F	0.001

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	-1150.844	972.6032	-1.18	0.238
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	0.1859913	0.0581666	3.2	0.002
PPE / Ai,t-1	-0.0237289	0.0214268	-1.11	0.269
ROAt-1	-0.0014296	0.0006125	-2.33	0.020
Constante	-0.026087	0.0136217	-1.92	0.056

Tabela 22: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Utilidade Pública

*** significativo ao nível de 1%, ** significativo ao nível de 5%, * significativo ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

		Num. de Observ.	42
R-squared	0.2151	F(4, 37)	3.81
Root MSE	0.13528	Prob > F	0.011

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	551.5966	1448.61	0.38	0.706
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	0.279682	0.0943992	2.96	0.005***
PPE / Ai,t-1	-0.161541	0.1185755	-1.36	0.181
ROAt-1	0.0007878	0.0021702	0.36	0.719
Constante	-0.0260986	0.0332985	-0.78	0.438

Tabela 23: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Tecnologia da Informação

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

		Num. de Observ.	32
R-squared	0.1898	F(4, 27)	2.82
Root MSE	0.05604	Prob > F	0.045

Variáveis	Coefficiente	Erro padrão	t	P > t
1/Ai,t-1	2670.037	19051.34	0.14	0.890
$\Delta R - \Delta CR / Ai,t-1$	-0.0576161	0.1202417	-0.48	0.636
PPE / Ai,t-1	-0.0785717	0.0457536	-1.72	0.097
ROAt-1	0.0004805	0.0017954	0.27	0.791
Constante	-0.0548278	0.0258486	-2.12	0.043

Tabela 24: Estimativas dos *accruals* discricionários pelo modelo Kothari *et al.* (2005) para o setor Telecomunicações

*** significante ao nível de 1%, ** significante ao nível de 5%, * significante ao nível de 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.